

# **ComSertões**

Revista de Comunicação e Cultura no Semiárido



Fotografia: Márcia Guena dos Santos

**UNEB - PPGESA - DCH III - EDUNEB - Juazeiro-BA**  
**VOL. 12 - Nº 02 Dezembro 2022; ISSN ELET 2357-8963; ISSN IMP 2318-4507**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS – CAMPUS III**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS – CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E  
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS  
(PPGESA)**

**REITORA**

Adriana dos Santos Marmorini Lima

**DIRETORA DO DCH III/CAMPUS III**

Edonilce da Rocha Barros

**COORDENADOR DO PPGESA**

Josenilton Nunes Vieira

**EDITOR-GERENTE**

João José de Santana Borges

**EDITORA ASSISTENTE**

Rafaela da Silva Lima

**CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO**

César Bolano/ Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Cicília Peruzzo/ Universidade Metodista de São Paulo

Giovandro Marcus Ferreira/ Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Ismar de Oliveira/ Universidade de São Paulo (USP)

Maria Immacolata Lopes/ Universidade de São Paulo (USP)

Thomas Tufte/ Roskilde University Center da Dinamarca

Israel Rocha/Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**PROJETO GRÁFICO DA CAPA**

Rafaela da Silva Lima

**FOTOGRAFIA DA CAPA**

Márcia Guena dos Santos - *Existência (Aguadê de Oxum, 2016)*

**APOIO**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação (PPG-UNEB)

Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura nos Territórios Semiáridos (PPGESA)

## SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b> .....	<b>4</b>
<i>João José de Santana Borges</i>	
<b>CORPOS SUBALTERNIZADOS E SABERES INVISIBILIZADOS: UMA ANÁLISE DECOLONIAL A PARTIR DOS CONCEITOS DE RACISMO ESTRUTURA</b> .....	<b>6</b>
<i>Gabriella dos Santos Wrublewski, Breno Benjamin Nunes Mendoza, Raylane Nayara Souza Batista, Mariana Pereira Nunes, Márcia Guena dos Santos</i>	
<b>SOLIDARIEDADE SELETIVA NO SISTEMA INTERNACIONAL: IDENTIFICAÇÃO ECONÔMICA OU CULTURAL? REFLEXÕES SOBRE APOROFOBIA E RACISMO</b> .....	<b>20</b>
<i>Breno Benjamin Nunes Mendoza, Jessyca dos Santos Balduino, Ceres Marisa Silva dos Santos</i>	
<b>CONSUMO DE MÍDIAS E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL ONLINE E OFFLINE DOS ELEITORES DE SALVADOR NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS 2014 E 2018</b> .....	<b>36</b>
<i>Rosane S. Santana, Antônio Fernandes</i>	
<b>O ANTIRRACISMO COMO PRÁTICA DECOLONIAL EMANCIPATÓRIA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO</b> .....	<b>55</b>
<i>Renan Mota Silva, Tatiane da Rosa Vasconcelos, Elenson Gleison de Souza Medeiros, Anne Pragana, Bruno Cardoso de Menezes Bahia, Pedro Roberto Gonçalves Marcelino</i>	

## EDITORIAL

### O CORPO DA ESPERANÇA ANCESTRAL

A Revista ComSertões encerra este ano de 2022 com uma segunda edição repleta de uma aspiração crescente no espaço do debate público brasileiro e mundial, em parte intensificada como reflexo dos sofrimentos coletivos, vividos durante os quatro anos da gestão do governo Bolsonaro. A sua temática é incontestavelmente atual, insurgente, imediata, imprescindível para os tempos que virão: a luta antirracista, a luta por reconhecimento identitário, as lutas decoloniais. Luta – eis a palavra vibrante nessas páginas desta publicação. Que as leitoras e leitores se sintam levados por uma atmosfera de indignação e esperança, calejados que estamos por esses tempos de enfrentamentos e combates, no plano político, educacional, científico e civilizacional.

A edição se inicia com o artigo *Corpos subalternizados e saberes invisibilizados: uma análise decolonial a partir dos conceitos de racismo estrutural*. As autoras e autores decidem partir de uma perspectiva histórica, apoiada em uma revisão bibliográfica narrativa, para iluminar as conexões entre o Estado e o racismo, bem como apontar caminhos de emancipação no âmbito da Educação. Faz referência a decolonialidade, categoria teórica que também será descortinada pelo artigo *O antirracismo como prática decolonial emancipatória no âmbito da educação*, cujo objetivo consistirá em “refletir acerca das questões que envolvem o racismo e a branquitude a partir dos currículos e bibliografias nas instituições de ensino, a fim da necessidade de ampliar as discussões e conscientização social da população sobre o tema”.

O racismo é abordado também no texto *Solidariedade seletiva no sistema internacional: identificação econômica ou cultural? reflexões sobre aporofobia e racismo*, através de uma instigante relação macroestrutural com perspectivas teóricas distintas acerca das relações internacionais. O texto apresenta a inovação conceitual do aporafobia (aversão a pobre), como uma espécie de “princípio que permeia nossas interações sociais individuais a nível micro e nos faz adotar determinadas posturas de colaboração ou de exclusão.” Ao aplicar tal conceito de uma forma inovadora, as autoras e autores desvelam assim as assimetrias entre as nações centrais do capitalismo neoliberal

e suas periferias, em uma tapeçaria teórica e analítica bastante enriquecidas por autores críticos ao sistema-mundo global.

Já o artigo *Consumo de Mídias e Participação Eleitoral Online e Offline dos eleitores de Salvador nas Eleições Presidenciais Brasileiras 2014 e 2018* vai nos apresentar uma pesquisa de cunho quantitativo acerca da relação entre mídia e política, mais precisamente, entre consumo midiático e participação política em dois períodos eleitorais, apontando para mudanças substanciais na participação política *online* e *offline*. Curioso como o texto problematiza a formação das chamadas “bolhas”, e como a pesquisa aponta para o cruzamento de variáveis que complexificam a questão e sugerem novas pesquisas.

Mas essa edição da ComSertões também celebra, sobretudo, a qualificação da revista como Qualis-B1 na área de concentração do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Cultura e territórios Semiáridos. Trata-se de uma vitória, se considerarmos as condições de trabalho do nosso periódico. Agradecemos a todas e todos que contribuíram ao longo desses 9 anos, seja publicando seus artigos, emitindo pareceres, e, sobretudo, formando essa comunidade de leitores para quem dirigimos nossos trabalhos. Pois a Revista Comsertões sustenta a aspiração de compartilhar conhecimento produzido nos sertões plurais, num esforço permanente de refletir as lutas, as alegrias, a memória e a criatividade social de suas gentes.

Por fim, com licença da pretensa neutralidade de um periódico acadêmico, não poderíamos deixar de celebrar a vitória da democracia em nosso país, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e somarmo-nos às vozes progressistas que clamam por um futuro grandioso do Brasil no cenário altamente conflituoso do mundo, pelo fim das injustiças sociais, pelo fim do racismo, por uma era de abundância para todas, todos. Assim parece ser o rezo da mulher retratada na fotografia da professora Márcia Guena dos Santos, que ilustra a capa dessa edição: corpo-símbolo de uma sabedoria ancestral que sustenta nossa resistência e inspira nossa luta.

Boa leitura!

## **CORPOS SUBALTERNIZADOS E SABERES INVISIBILIZADOS: UMA ANÁLISE DECOLONIAL A PARTIR DOS CONCEITOS DE RACISMO ESTRUTURAL.**

**GABRIELLA DOS SANTOS WRUBLEWSKI<sup>1</sup>**  
**BRENO BENJAMIN NUNES MENDOZA<sup>2</sup>**  
**RAYLANE NAYARA SOUZA BATISTA<sup>3</sup>**  
**MARIANA PEREIRA NUNES<sup>4</sup>**  
**MÁRCIA GUENA DOS SANTOS<sup>5</sup>**

### **RESUMO:**

O presente artigo tem como proposta investigar os aspectos estruturais que condicionam determinados indivíduos ao lugar de subalternidade, buscando compreender os discursos que consolidam essa condição e como a educação pautada em princípios decoloniais pode ser o caminho para descolonizar esse processo, pois é compreendida como instrumento emancipador desses sujeitos subalternizados. Para aprofundar o debate, efetuou-se revisão bibliográfica do conceito de racismo estrutural como aspecto preponderante, atrelado às condições formativas do Estado moderno, pois entende-se que o racismo é um mecanismo organizador da sociedade e o capitalismo utiliza do mesmo para manter as estruturas da forma que estão postas. Foram utilizadas as obras de Silvio de Almeida, Gayatri Spivak, além de estudos da decolonialidade para um maior aprofundamento na discussão.

Palavras-chave: Decolonialidade; Corpos Subalternos; Racismo Estrutural; Educação.

### **ABSTRACT:**

The purpose of this article is to investigate the structural aspects that condition certain individuals to the place of subalternity, seeking to understand the discourses that consolidate this condition and how education based on decolonial principles can be the way to decolonize this process, as it is understood as an emancipating instrument of these subaltern subjects. To deepen the debate, a bibliographical review of the concept of structural racism was carried out as a preponderant aspect, linked to the formative conditions of the modern State, since it is understood that racism is an organizing mechanism of society and capitalism uses it to maintain the structures the way they are set. The works of Silvio de Almeida, Gayatri Spivak, as well as studies of decoloniality were used for a deeper discussion.

Keywords: Decoloniality; Subaltern Bodies; Structural Racism; Education.

### **RESUMEN:**

El propósito de este artículo es investigar los aspectos estructurales que condicionan a ciertos individuos al lugar de la subalternidad, buscando comprender los discursos que consolidan esa condición y cómo la

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Mestranda do Programa Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia (2022)

<sup>2</sup> Graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade da Bahia (UNEB).

<sup>3</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (2020), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia (2022)

<sup>4</sup> Graduada em Licenciatura em Ciências Sórias pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) Graduada em Direito, pela Universidade Católica do Salvador (Ucsal), Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade da Bahia (UNEB).

<sup>5</sup> Professora do curso de Jornalismo em Múltiplos Meios da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Juazeiro e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA).

educación basada en principios decoloniales puede ser el camino para descolonizar este proceso, tal como se entiende como instrumento emancipador de estos sujetos subalternos. Para profundizar el debate, se realizó una revisión bibliográfica del concepto de racismo estructural como aspecto preponderante, vinculado a las condiciones formativas del Estado moderno, pues se entiende que el racismo es un mecanismo organizador de la sociedad y el capitalismo se sirve de él para mantenerla. las estructuras de la forma en que están establecidas. Se utilizaron para una discusión más profunda los trabajos de Silvio de Almeida, Gayatri Spivak, así como estudios de decolonialidad.

Palabras clave: Decolonialidad; Cuerpos Subalternos; Racismo estructural; Educación

## INTRODUÇÃO

A proposta do presente artigo está ancorada nas discussões apresentadas em sala de aula durante a disciplina Fronteiras Interdisciplinares entre Educação, Comunicação e Cultura, ministrada pela professora Doutora Márcia Guena e pelo Professor Nicola Andrian. Com o intuito de oportunizar um aprofundamento nos conceitos de Racismo Estrutural e Decolonialidade. Para tanto, foram apresentados diversos autores que discutem as temáticas sob diferentes vieses.

Em consonância com o que foi discutido durante as aulas, tem-se como objeto central deste estudo a discussão acerca dos corpos subalternizados sob a ótica do racismo estrutural enquanto instrumento de manutenção a um lugar de submissão, enquanto a decolonialidade se encarrega de traçar um projeto, onde essa subalternização rompa o véu, as amarras da hierarquização e busquem caminhos para a emancipação de suas histórias e de seus saberes.

Para obter os resultados das problematizações levantadas neste artigo, utilizou-se de revisão bibliográfica de obras que abordam os conceitos de racismo estrutural, decolonialidade, além de artigos que relacionam os respectivos conceitos com educação e a discussão de corpos subalternizados. Com a intenção de um maior aprofundamento nos conceitos e, por conseguinte, a construção de uma análise sólida na sua relação com a educação.

Para isso, a pesquisa terá como base os estudos de autores, como Silvio de Almeida, Grada Kilomba, Ramón Grosfoguel e Nelson Maldonado-Torres. Além desses pensadores, outros estudiosos serão acrescentados no percurso de escrita. As fontes da pesquisa são, na maioria, de cunho primário, e, por essa razão, o estudo terá caráter essencialmente qualitativo, com ênfase na revisão bibliográfica. Para este estudo, utilizaremos a abordagem de revisão bibliográfica narrativa, com a exposição de diferentes formas de pensar sobre a temática, enriquecendo o ponto de vista a partir de diferentes autores que assumem uma ótica decolonial (LAKATOS & MARCONI, 1995).

Para tanto, o artigo se dividiu em quatro tópicos onde abordam-se os processos constitutivos do racismo enquanto estrutura e enquanto parte da engrenagem que movimenta o

Estado e o sistema capitalista. No primeiro tópico, O Estado moderno é essencialmente colonial, a discussão perpassa pela noção de como o Estado da forma que conhecemos foi se construindo pautado na colonização de territórios e, por conseguinte, das populações que habitavam tais territórios. O tópico seguinte, intitulado Perspectivas estruturais: o racismo e suas interfaces, vai destrinchar os diferentes âmbitos onde o racismo está posto e como eles se correlacionam, trazendo as questões da colonialidade do saber, do poder e do ser. A terceira parte vai tratar dos Corpos Subalternizados, dando uma dimensão de quem são os corpos subalternizados e quais aspectos os fazem ocupar uma posição de subalternidade dentro da lógica dominação-explorados.

E, por fim, o quarto e último tópico encerra as discussões propondo uma outra abordagem, com o título Atitude decolonial: emancipação por meio da educação. A intenção é movimentar as estruturas, romper com as imposições e construir um caminho onde o outro subalternizado conte sua história e faça, como bem disse Conceição Evaristo (2017) “Não escrevemos para adormecer os da casa-grande, mas para acordá-los de seus sonos injustos” (informação verbal).

## **O ESTADO MODERNO É ESSENCIALMENTE COLONIAL**

A gestão moderna, centrada na racionalidade iluminista e na burocracia do aparato estatal logrou “nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão.” (WEBER, 2011, p. 66). Contudo, deve-se ter claro que a delimitação territorial proposta na conceituação de Weber sofre uma significativa ampliação quando aplicada ao contexto anterior da expansão marítima e a subsequente criação dos impérios ultramarinos no Tricontinente (AMIN, 2020).

De caráter notoriamente liberal, o contrato social moderno, firmado tacitamente na transição do sistema produtivo feudal ao bulionismo e ao mercantilismo, germes do capitalismo moderno industrial que se estabelece, posteriormente, com afinco na Inglaterra, é o pavimento necessário para a estruturação política e social que logrou, até os dias de hoje, os contornos dos Estados nacionais.

É importante resgatar, também, o contexto econômico que auxiliou a fundamentar as bases do Estado Moderno como hoje se conhece. Destacando, assim, o mercantilismo clássico, estabelecido a partir do século XV, o qual postulava a necessidade de obtenção de balanças comerciais positivas (superávit), sempre centradas na lógica de redução de importações e maximização de exportação de bens. Logo, num contexto de competitividade eminente, onde a lógica econômica exigia mais matéria prima e, conseqüentemente, mais exportação, obteve-se, então, o incentivo necessário que “levou os Estados nacionais nascentes a buscarem explicitamente políticas de protecionismo dos seus mercados internos e a expandirem as relações



colonialistas nos territórios que iam sendo descobertos e anexados graças às grandes navegações.” (ARIENTI; VASCONCELOS; ARIENTI, 2017, p.196)

Desse modo, além da suposta legitimidade explanada por Quijano (2005) no que diz respeito à ilusória crença europeia de levar ao mundo seu legado greco-romano, imputando ao ser colonizado sua filosofia, cosmovisão, cultura e tradição, os postulados macroeconômicos vigentes na época também foram responsáveis por levar a cabo o processo da barbárie colonial em sua totalidade. Pois, é precisamente a partir da conjugação da superioridade moral e tecnológica à necessidade de acumulação do capitalismo colonial que é estabelecido, no Sul global, os processos de invasão, saqueio, sequestro, trabalho forçado e subalternização das populações autóctones e africanas que foram involuntariamente trazidas e escravizadas nas Américas.

Tendo claro que os processos de enriquecimento e constante modernização vivenciados pela Europa a partir da usurpação de recursos naturais e aplicação de métodos de trabalho escravo nos territórios americanos subalternizados e expropriados, Fanon (1968) afirma que a Europa é uma criação do Terceiro Mundo, pois seu excesso de riquezas deve-se ao que foi roubado dos povos subalternizados.

Alguns pensadores decoloniais refletem sobre o contato e as consequências da premissa legal que os europeus acreditavam ter ao estabelecer contato com o colonizado. Na perspectiva de Maldonado-Torres, a colonização dos povos perpetró uma "catástrofe metafísica", “que inclui o colapso massivo e radical da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade e o começo da relação Senhor-Escravo” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 37). Para Amin (2020), a legitimação da superioridade europeia não é justificada a partir de supostos ideológicos como o advento da razão e o surgimento da civilização cristã, tampouco há algum respaldo na ideia de maior desenvolvimento tecnológico comparado àqueles vigentes nas sociedades pré-capitalistas que interagiam com a Europa, sobretudo as que faziam fronteiras com o mediterrâneo.

Essa ideologia de um sistema europeu intrinsecamente superior - intelectual, religiosa, cultural, tecnológica e até racialmente - surgiu apenas quando o sistema capitalista que surgia na periferia mais ocidental do sistema mundial daquele tempo adquiriu uma tecnologia que foi capaz de contornar as zonas centrais do Mediterrâneo ao embarcar em um projeto de conquista mundial através dos oceanos e continentes. (AMIN, 2020, p. 27)

Em meados da ocupação europeia na América, precisamente em 1789, fruto da Revolução Francesa, era promulgada a Declaração dos Direitos do Homem, que, sem dúvidas, foi um marco na história global por trazer à tona a relevância da pessoa humana e os direitos inerentes à sua essência ontológica. Contudo, mesmo formalmente apelando para o tema da universalidade e da igualdade entre os homens, a historiadora Samara Feitosa (2016) destaca o teor burguês e excludente da declaração ao mencionar que:

(...) tanto a propriedade privada como a liberdade, a segurança e o direito de resistência à opressão são declarados como direitos naturais. Ninguém mais poderia ser privado de seus bens – à exceção do interesse público e de indenizações – nem ser punido à revelia; todos tinham direito à liberdade de expressão, à tolerância religiosa e a tratamento igual diante da justiça. Enfim, todos eram considerados iguais. Entretanto, a própria Revolução deixou claro que todos eram iguais somente quando fossem iguais. Não há referências, por exemplo, às disparidades causadas pela apropriação desigual da riqueza produzida pelo trabalho ou mesmo ao papel das mulheres na sociedade. (FEITOSA, 2016, p.32)

O caráter contraditório dessa declaração se verificou na prática quando as ideias revolucionárias e humanistas contidas no seu bojo, supostamente universal, chegaram aos EUA e ao Haiti. Influenciados pelo iluminismo e pela possibilidade de emancipação de suas metrópoles europeias, ambos os países iniciaram seus processos de independência. No primeiro caso, Ana Ferreira e Leonardo Mércer (2015) nos apontam que no contexto de guerra entre EUA e Inglaterra “a França entrou na guerra apoiando os colonos norte-americanos, equilibrando a batalha, juntamente com Espanha e os Países Baixos, que ameaçavam invadir a Inglaterra.”(FERREIRA; MÉRCER, 2015, p. 180) Ao passo que o processo de emancipação Haitiana foi repleto de percalços e conflitos contra os franceses, que não aceitavam o autogoverno dos escravizados haitianos e, que por essa razão, impuseram juntamente com os recém emancipados Estados Unidos um bloqueio econômico de quase 60 anos, que só findou após o pagamento de 150 milhões de francos à França. (FERREIRA; MÉRCER, 2015)

Os famigerados: liberdade, igualdade e fraternidade, de fato, foram estendidas àqueles considerados iguais, ao menos aos franceses. Para além da questão geopolítica internacional nas colônias europeias, a continuação do modelo de escravidão nos estados do sul, pós-emancipação formal estado-unidense, e seu apoio ao bloqueio econômico francês no Haiti revelam o caráter fragmentário do liberalismo iluminista, que falhou em reconhecer a humanidade nas populações subalternizadas.

Na contemporaneidade o Estado logra aperfeiçoar as técnicas de subjugação e controle dos corpos a partir da mesma premissa acima exposta. Almeida (2019) citando o questionamento de Charles Mills na obra *The Racial Contract* (1997), reflete acerca da teoria do contrato social “que estabelece o pressuposto moral e epistemológico de uma civilização que, na verdade, se unifica em torno da raça - branca- como critérios de pertencimento e normalidade e, ao mesmo tempo, como forma de exclusão de outros povos e culturas.” (ALMEIDA, 2019. p 55).

Desse modo, o Estado torna-se responsável por, mais do que nunca, manter sob determinado controle as tensões raciais que implodem cotidianamente. É nesse contexto de

esgarçamento social e ultraliberalismo que se vê com maior intensidade o malabarismo executado pela máquina estatal para dar conta do mercado, das populações marginalizadas e da perpetuação da sua própria estrutura administrativa.

A ligação entre Estado e capitalismo é muito mais complexa e estrutural, tendo em vista que o Estado contemporâneo, marcado pela impessoalidade e pela pretensa separação com o mercado, só pode ser vislumbrado no contexto do capitalismo. A existência do mercado – enquanto relação entre sujeitos de direito e proprietários de mercadorias – depende de que o Estado garanta, por meio do controle burocrático e da repressão, a propriedade privada e as relações jurídicas, o que supõe uma capacidade interventiva sempre presente. Ao mesmo tempo, os alicerces do Estado dependem da existência assegurada do processo de valorização capitalista regulada pelo mercado. (ALMEIDA, 2018, p.58)

### **PERSPECTIVAS ESTRUTURAIS: O RACISMO E SUAS INTERFACES**

Antes de falar de racismo, consideramos importante apresentar a conceituação de raça, a construção desse conceito não é fixa, está atrelado a diversas circunstâncias. Por trás da formulação desse conceito há sempre disputas, poder e coesões, é, portanto, histórico e relacional. A análise de raça e racismo é fundamental para a compreensão da sociedade contemporânea, isso porque diversas áreas do conhecimento e instituições estabelecem ainda que de forma velada uma intrínseca relação com tais conceitos (ALMEIDA, 2018).

Sobre raça, faz-se importante destacar que é um conceito que sofreu alterações históricas. No período colonial serviu para classificar seres humanos, buscando-se inclusive respaldo científico, tornando-se mais que um conceito filosófico, foi de fato um instrumento que serviu à escravidão, submissão e destruição de povos colonizados nas Américas e na África. A raça hoje em dia se diferencia em duas perspectivas básicas, que se complementam, sendo elas, a característica biológica e a característica étnico-cultural (ALMEIDA, 2018).

O racismo é sempre um conceito estrutural, sendo elemento integrante e fundante da organização política e econômica da sociedade. Aqui é importante destacar a diferenciação que Silvio de Almeida (2018), faz sobre racismo, demonstrando que este transcende relações individuais, que podem ser manifestadas por atitudes preconceituosas ou discriminatórias. Que assume de fato um caráter institucional, relacionando a dimensão de poder e as relações raciais e diretamente compreendendo a característica estrutural do racismo, enfatizando que “(...) as instituições são racistas, porque a sociedade é racista.” (ALMEIDA, 2018, p.31).

Situando a discussão na América Latina e no seu processo de colonização, Quijano (2015), conceitua a raça como uma categoria mental da modernidade, a ideia de raça surge nesse momento para diferenciar conquistados de conquistadores, e assim justificar a exploração impetrada contra esses sujeitos.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela a elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (QUIJANO, 2015, p. 107).

Bernadino-Costa e Grosfogel (2016) também se debruçam sobre essas questões ao abordarem a perspectiva de escravização e exploração do trabalho de negros e indígenas na perspectiva dominador-dominado, que se deu no processo de colonização dos seus territórios, demonstra que é possível estabelecer uma relação de comparação entre esses sujeitos no período colonial e seu tratamento impetrado a grupos sociais minoritários que se configuram em um lugar de subalternidade nos dias atuais.

Nesse cenário, onde a colonização dos sujeitos ultrapassa a colonização dos territórios geográficos e âncora na dimensão ontológica do ser, a discussão se ramifica e encontra na raça um importante plano discursivo, pois o mesmo é um agente estruturante do sistema-mundo moderno-colonial que buscamos investigar. (GROSFOGUEL, 2016).

Ao discutir sobre essa perspectiva de dominação imposta, o olhar deve se ampliar e perceber as estruturas que coordenam e legitimam tais condições. A reflexão perpassa pela forma como o Estado estabelece mecanismos para manter determinados sujeitos em condição de submissão.

Em uma sociedade capitalista como a nossa, o Estado busca manter e dar condições para que esse sistema econômico se mantenha forte e coeso.

O papel do Estado no capitalismo é essencial: a manutenção da ordem- garantia da liberdade e da igualdade formais e proteção da propriedade privada e do cumprimento dos contratos e a internalização das múltiplas contradições, seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação. (ALMEIDA, 2019, p. 58).

Entretanto, esse conceito de decolonialidade ultrapassa essa concepção apenas de autores e produção epistemológica, e recai também nas considerações que abarca Almeida (2018) ao tratar de imaginário social, que atravessa uma ideologia racista de uma perspectiva imaginária de uma branquitude originária. Assim, Almeida (2018) define como ideologia:

(...) que nos é apresentado não é a realidade, mas uma representação do imaginário social acerca de pessoas negras. A ideologia, portanto, não é a representação da realidade material, das relações concretas, mas a representação da relação que temos com essas relações concretas. (...) a ideologia é, antes de tudo, uma prática. (...) O racismo é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas. (ALMEIDA, 2019, p. 42-43)

Assim, o racismo conforma a sociedade nesse imaginário da supremacia branca, moldando até a concepção de subjetividade dos corpos subalternizados, naturalizando o racismo que é reforçado por todos os meios de comunicação, sistema educacional, ideologia política e relações de trabalho. O racismo é, portanto, um instrumento de poder, um princípio organizador que separa quem produz conhecimento científico de quem não produz. O racismo é sempre um conceito estrutural, sendo elemento integrante e fundante da organização política e econômica da sociedade (ALMEIDA, 2019).

Esse mecanismo que estrutura a sociedade, segundo Almeida (2019), está em consonância com a ideologia nacionalista, pois ao se preocupar em unificar o Estado, gera a “formação de uma identidade comum que homogeneiza os sujeitos, nega suas subjetividades e assim anula seus saberes.” (ALMEIDA, 2019, p. 61)

## **CORPOS SUBALTERNIZADOS**

No texto da autora Spivak (2010) “Pode um subalterno Falar?” A condição de subalternidade, segundo a autora, se coloca diante daqueles corpos que não participam ou participam de modo limitado na produção de conhecimento. O silenciamento dos sujeitos na perspectiva decolonial provoca o epistemicídio, que pode ser definido como um tipo de violência que marca determinados indivíduos na produção do pensar, principalmente relacionado ao critério de raça ou cor na produção de conhecimento do ser.

Os corpos subalternizados aqui trabalhados se encontram em uma perspectiva de silenciamento que se constitui de variadas formas: são considerados os grupos sociais marginalizados, pela sua raça, etnia, religião, classe social e orientação sexual, dessa forma, operacionalizada pela ordem do ser, do pensar e do poder, como é colocado pela teoria da decolonialidade. Essa estrutura se baseia no modus operandi do condicionamento dos corpos subalternizados a um lugar de controle e dominação dos seus saberes, das suas subjetividades, das suas vidas.

O conceito de subalternidade já teve, segundo Neves (2010), diversas conotações. Na sua historização é um conceito forjado por Gramsci (2002) para se referir a classe subalterna proletária, entretanto, o termo subalterno passou-se a se referir como algo mais profundo, como uma categoria inferior na relação do Estado moderno entre dominadores-explorados. Mas quem são esses ditos subalternizados? Na sua classificação histórico-social, são corpos negros, latinos, periféricos, pessoas em situações de rua, mulheres, indígenas, quilombolas, ciganos ou LGBTs. Portanto, faz-se necessária uma análise de como esse imaginário social acerca dos mesmos se

constrói, ou seja, como a partir de uma ideologia do colonizador, são destituídos da sua humanidade.

Logo, quando adotamos a decolonialidade como perspectiva de interpretação das condições da vida em sociedade, estamos propondo um outro modelo de leitura e organização societal, a qual busca não desqualificar a produção de existência do outro, mas compreender a produção epistêmica desses corpos subalternizados como importantes para se pensar diferentes abordagens de mundo. “Trata-se de afirmar a existência como um ato de qualificação epistêmica.” (COSTA; TORRES; GROSGOUEL. p. 13)

Agindo de forma contrária ao que foi estabelecido em relação aos povos colonizados ao se considerar que os mesmos não possuíam apropriação da sua história, traremos o conceito de epistemicídio para discutir as problemáticas que a ideia de um universalismo abstrato tendo a Europa e os Estados Unidos como centro da produção do conhecimento provocou nos demais povos e nos demais modelos de organização da vida, um tipo de aniquilamento do ser através da produção de um tipo único e universalizante de pensamento.

Autores como Bernadino-Costa e Grosfogel (2016) colocam como é importante “(...) construir um conhecimento contra-hegemônico, onde se formule um pensar epistêmico que faça com que o sujeito que se encontra no lugar de oprimido não pensem epistemicamente como os que se encontram na posição de dominantes” (BERNARDINO-COSTA & GROSGOGEL, 2016, p.19).

Assim, não se trata apenas de considerarmos a noção de um aniquilamento na fala de autores considerados subalternos em uma lógica epistêmica colonialista e hierárquica, mas também como uma prática de registro de análise e interpretações apenas pela ótica do colonizador. Mas para constituirmos uma nova fronteira decolonial, precisamos retirar esse paradigma dicotômico colonizador-colonizado; opressor-oprimido; desenvolvido-subdesenvolvido e restituir a fala desses sujeitos antes ditos subalternos. Assim, Spivak (2010) coloca a dimensão da possibilidade de fala dos corpos subalternos que podem ultrapassar esse paradigma dominador-dominado.

### **ATITUDE DECOLONIAL: EMANCIPAÇÃO POR MEIO DA EDUCAÇÃO**

A intenção da atitude decolonial é quebrar paradigmas, inverter a lógica da modernidade/colonialidade e reconstruir as perspectivas de existência dos diferentes corpos e suas subjetividades, e a educação é o lugar onde isso deve ser aplicado.

Maldonado-Torres (2015), vai nos dizer em uma de suas teses sobre a colonialidade e a decolonialidade que a atitude decolonial deve ser encarada como uma orientação para que o

sujeito possa se colocar contra a colonialidade do poder, do ser e do saber, apresentando a decolonialidade como um projeto que permita aos condenados, como nos apresentou Fanon (2008) se tornar produtores de conhecimento, contadores de suas histórias, saindo de lugar de subalternidade para o de protagonistas.

Dessa forma, quando adotamos uma perspectiva decolonial, produzimos o que Bernadino-Costa e Grosfogel (2016) denominaram de: “restituição da fala e da produção teórica e política de sujeitos que até então foram vistos como destituídos da condição de fala e da habilidade de produção de teorias e projetos políticos.” (BERNADINO-COSTA & GROSFOGEL, 2016, p. 21). Assim, o campo da educação torna-se imprescindível como instrumento emancipador desses sujeitos subalternizados.

Trazer essas reflexões para o âmbito educacional é pensar a produção de um pensamento pedagógico que possa emancipar esses sujeitos, esse Outro, como compreende ARROYO (2012), quando afirma:

[...] os Outros Sujeitos mostram o peso formador da diversidade de resistências de que são sujeitos. Todas as suas vivências narradas se entrelaçam às práticas coletivas de resistência. Práticas de saber-se e afirma-se resistentes e ter acumulado saberes de resistir aos brutais processos de subalternização. Não falam de saberes abstratos, mas de pedagogias, de saberes, de aprendizados de reações e resistências concretas à escravidão, ao despojo de seus territórios, suas terras, suas águas, suas culturas e identidades. (ARROYO, 2012, p. 24).

Nesse contexto alguns aspectos são preponderantes, o primeiro deles é o diálogo, a construção de um lugar onde os sujeitos possam conversar e trocar em condição de igualdade de importância, e não enquanto sujeito e objeto. Logo, a ideia perpassa por consolidar esses discursos em um âmbito coletivo, onde o individualismo não impere como único caminho.

Em seguida, é necessário alinhar a ideia de conhecimento às experiências, às vivências desses sujeitos, onde o fazer científico não se dá apenas no distanciamento ou na ideia positivista de neutralidade. Podemos utilizar como exemplo a maneira como mulheres negras estão construindo uma epistemologia que considera as experiências, os saberes coletivos apreendidos pelas mesmas.

As intelectuais negras compreendem que existem dois critérios políticos que influenciam nos processos de validação do conhecimento, o primeiro tem a ver com a apreciação da formulação apresentada e, em segundo lugar, com a credibilidade que precisa ser mantida pelos que a apreciam. Patrícia Hill Collins (2000), importante intelectual afro-americana vai nos dizer que

Quando homens brancos de elite ou qualquer outro grupo inequivocamente hegemônico domina os processos de validação do conhecimento, os dois critérios políticos mencionados anteriormente podem atuar no sentido de suprimir o pensamento feminista negro. COLLINS, 2000, p. 143-144)

A abordagem epistemológica descrita acima faz parte da perspectiva metodológica das intelectuais negras estadunidenses, elas pensam suas produções a partir dos Estados Unidos. Considerar as especificidades de cada localidade é de suma importância, mas é possível perceber aproximações entre tal abordagem e a perspectiva brasileira. Lélia Gonzalez (1984) em sua obra *Racismo e Sexismo na cultura brasileira* nos convoca a nos colocarmos enquanto sujeitos de fala e a sair da lata de lixo da sociedade e com seu pretuguês conclama:

Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos a nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ, 1984, p.69)

O lixo se torna sujeito de fala, para Gonzalez (1984), é quase uma ressignificação desse lugar de submissão, dessa posição de resto que foi direcionada à população negra, mas também às comunidades indígenas. Esse processo de invisibilização de saberes e invasão de corpos tem seu início no momento da colonização do Brasil, quando esse território é invadido e ocorre um processo de desumanização.

É sobre essa questão e com outra perspectiva epistemológica que Ailton Krenak (2019) discute na sua obra *Ideias para adiar o fim do mundo*, a ideia de humanidade, questionando como a mesma foi construída. Ao tratarmos de corpos colocados em um lugar de subalternidades, estamos também discutindo a humanidade desses sujeitos, estamos problematizando a importância de suas histórias. Em uma das passagens do livro, Krenak (2019) se propõe a refletir sobre a noção de civilização, que se justificou sobre a premissa que existiria uma humanidade esclarecida que precisava levar luz para a humanidade obscurecida. (KRENAK, 2019)

Ambas as abordagens propõem um resgate da história desses sujeitos que tiveram seus corpos violentados, suas culturas negadas, seus conhecimentos invisibilizados, e a escola é o lugar onde essas histórias devem ser (re) contadas, afinal, no chão da escola pisam uma diversidade de corpos e com eles suas culturas, suas identidades.

Nessa perspectiva é importante trazer o currículo para o debate, compreendendo que o lugar onde ele se encontra parte de experiências concretas, construída por sujeitos imersos em uma relação de poder. (SILVA, 1995) E que esses sujeitos vão construir o que deve ser ensinado e de que forma deve ser aplicado no processo de aprendizagem.



Esse processo limitante é fruto da colonialidade que se mantém enraizada nos discursos, nas subjetividades dos sujeitos, performando uma realidade que aliena e exclui aqueles que fogem da ordem imposta.

Dessa forma, é necessário pensar um currículo vivo que não se restrinja a mero transmissor de conteúdos abstratos e distantes dos estudantes, pensar educação numa perspectiva decolonial que possa restituir o lugar de fala dos sujeitos que foram sistematicamente postos à margem dos processos epistemológicos e educacionais. É trazer para o centro da roda as escrituras coletivas e os saberes tradicionais num diálogo incessante.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É relevante a percepção da construção dos Estados contemporâneos, levando em consideração que foram formados a partir dos processos de colonização, subalternização, inferiorização e destruição de seres humanos a partir de critérios de raça. Dessa forma, essa caracterização obteve respaldo científico, deixando marcas institucionais, estruturais e, sobretudo, individuais e subjetivas nos subalternizados da nossa sociedade.

Podemos considerar que o conceito de raça foi socialmente construído e o racismo é a máquina operadora fundamental para compreender a organização da estrutura societal, uma vez que esse não é um elemento individual, praticado por uns indivíduos contra outros. O racismo decorre e compõe a própria estrutura social, é o “(...) modo “normal” com que se constituem as relações, políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.” (ALMEIDA, 2018, p. 33).

O racismo é, portanto, um processo histórico, político e social que cria condições para que grupos racialmente identificados seja discriminado e posto em situação de subalternização. Compreender o racismo como regra nos faz perceber que a responsabilização jurídica e individual não é suficiente para superar tal situação. Isso não deve ser argumento para a impunidade de atos individuais de discriminação negativa, mas, é preciso olhar sob uma outra ótica, criar novas possibilidades e dar visibilidade a outras construções de saberes e conhecimentos.

Dessa forma, consideramos os saberes invisibilizados dos corpos subalternos a partir de uma perspectiva decolonial na relação dominador e dominado. Para decolonizar afetos e saberes precisamos romper com a lógica silenciadora desses corpos marginalizados, dando-os espaços de fala para a produção do seu ser. Dessa forma, é difícil romper com esta perspectiva colonizadora, visto a hegemonia dominante que se coloca na produção do saber sobre os corpos subalternizados. Mas a partir de autoras como Spivak, Lélia González e Almeida, conseguimos viabilizar novos espaços de fala que rompam com esta fronteira do ser, saber e pensar.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- AMIN, Samir. **Somente os povos fazem sua própria história.** São Paulo. Expressão Popular, 2020.
- ARIENTI, Patrícia; VASCONCELOS, Daniel; ARIENTI, Wagner. **Economia Política Internacional: um texto introdutório.** Curitiba. Intersaberes, 2017.
- ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra. Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.
- COLLINS, Hill Collins. Epistemologia feminista negra. In: COSTA, Bernardino Joaze; TORRES, Maldonado Nelson; GROSGOUEL Ramón (Org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiásporico.** - 2ed - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).
- EVARISTO, Conceição. **Não escrevemos para adormecer os da casa-grande.** Entrevista concedida à Estação Plural. TV Brasil. 2017. link acessado em: 09 de junho de 2022 <<https://tvbrasil.ebc.com.br/estacao-plural/2017/06/nao-escrevemos-para-adormecer-os-da-casa-grande-pelo-contrario-diz-conceicao>>.
- LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico.** 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1992.
- LINO, Tayane Rogéria. O lócus enunciativo do sujeito subalterno: fala e emudecimento. **Anuário de literatura: Publicação do Curso de Pós-Graduação em Letras, Literatura Brasileira e Teoria Literária**, v. 20, n. 1, p. 74-95, 2015.
- NEVES, Rita Ciotta. **A perspectiva pós-colonial de Antoni Gramsci: os subalternos.** Babilônia, n. 8, v. 9, p. 59-64, 2010.
- GOMES, Lino Nilma. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: COSTA, Bernardino Joaze; TORRES, Maldonado Nelson; GROSGOUEL Ramón (Org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiásporico.** - 2ed - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira.** In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p.223-244.

- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección sur sur, CLACSO, Argentina, p. 227-278. setembro. 2015.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- TORRES, Maldonado Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, Bernardino Joaze; TORRES, Maldonado Nelson; GROSFOGUEL Ramón (Org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiásporico**. - 2ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).
- KILOMBA, Grada, 1968 - **Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano**/ Grada Kilomba; tradução: Jess Oliveira. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248 p: il; 21cm.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. - Salvador. EDUFBA, 2008.
- FEITOSA, Samara. **Da Revolução Francesa até nossos dias: um olhar histórico**. Curitiba. Intersaberes, 2016.
- FERREIRA, Ana; MÉRCHER, Leonardo. **Relações Internacionais na Idade Moderna: um panorama histórico**. Curitiba. Intersaberes, 2015.
- WEBER, Marx. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo. Cultrix, 2011.

## SOLIDARIEDADE SELETIVA NO SISTEMA INTERNACIONAL: IDENTIFICAÇÃO ECONÔMICA OU CULTURAL? REFLEXÕES SOBRE APOROFOBIA E RACISMO

BRENO BENJAMIN NUNES MENDOZA <sup>6</sup>  
JESSYCA DOS SANTOS BALDUINO <sup>7</sup>  
CERES MARISA SILVA DOS SANTOS <sup>8</sup>

### RESUMO:

O sistema internacional, há muito sofrendo com a imposição normativa do paradigma econômico liberal, apresenta sinais de esgarçamento diante da complexidade multipolar que o mundo incorpora na contemporaneidade. A descrença dos países emergentes nessa ordem em transição se dá, para além do fracasso econômico, na premissa do apoio e da solidariedade seletiva aos povos subalternizados das periferias e semiperiferias do sistema internacional. Cortina (2020) inova ao evidenciar o conceito de *aporofobia*, o qual tem a natureza ontológica humana como fonte de subsídio interpretativo acerca das formas de cooperação e exclusão do diferente, ressaltando o papel preponderante da associação em pares semelhantes e a relevância dos capitais para a criação de uma solidariedade mecânica. Desse modo, este artigo revela, a partir de uma revisão bibliográfica, a relação entre os elementos econômicos e culturais que pautam o grau de sensibilização e solidariedade entre os povos no Sistema Internacional diante de convulsões sociais, tragédias ambientais, guerras, genocídios e pobreza no mundo.

Palavras-chave: Aporofobia; Racismo; Solidariedade.

### ABSTRACT:

The international system, which has long suffered from the normative imposition of the liberal economic paradigm, shows signs of fraying in the face of the multipolar complexity that the world incorporates in contemporaneity. The disbelief of emerging countries in this order in transition takes place, in addition to economic failure, on the premise of selective support and solidarity for subaltern peoples on the periphery and semi-periphery of the international system. Cortina (2020) innovates by highlighting the concept of *aporophobia*, which has the human ontological nature as a source of interpretative subsidy about the forms of cooperation and exclusion of what is different, highlighting the preponderant role of association in similar pairs and the relevance of capital for the creation of a mechanical solidarity. Thus, this article reveals, from a bibliographic review, the relationship between the economic and cultural elements that guide the degree of awareness and solidarity among peoples in the International system in the face of social upheavals, environmental tragedies, wars, genocides and poverty in the world.

Keywords: Aporophobia; Racism; Solidarity.

### RESUMEN:

El sistema internacional, que ha sufrido durante mucho tiempo la imposición normativa del paradigma económico liberal, muestra signos de deshilarse ante la complejidad multipolar que el mundo incorpora en la contemporaneidad. El descreimiento de los países emergentes en este orden en transición se basa, además del fracaso económico, en la premisa del apoyo selectivo y solidario a los pueblos subalternos de la periferia y semiperiferia del sistema internacional. Cortina (2020) innova al resaltar el concepto de *aporofobia*, que tiene la naturaleza ontológica humana como fuente de subsidio interpretativo sobre formas

---

<sup>6</sup> Mestrando em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Juazeiro. Bahia. Brasil. benjaminbreno@hotmail.com

<sup>7</sup> Mestranda em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Juazeiro. Bahia. Brasil. jessycasantos@gmail.com

<sup>8</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Juazeiro. Bahia. Brasil. cmssantos@uneb.br

de cooperación y exclusión de lo diferente, destacando el rol preponderante de la asociación en pares similares y la relevancia del capital para la creación de una solidaridad mecánica. Así, este artículo revela, a partir de una revisión bibliográfica, la relación entre los elementos económicos y culturales que orientan el grado de conciencia y solidaridad de los pueblos del Sistema Internacional frente a convulsiones sociales, tragedias ambientales, guerras, genocidios y pobreza en el mundo.

Palabras clave: Aporofobia; Racismo; Solidaridad.

## INTRODUÇÃO

Conceito importante para a área das Relações Internacionais, o Sistema Internacional (SI) atual é resultado dos acontecimentos que envolveram a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e os Tratados de Vestefália. Após esse período, os Estados europeus se consolidaram numa dinâmica própria de equilíbrio de poder. Contudo, as guerras que surgiram com a Revolução Francesa colocaram esse equilíbrio de poder em cheque. Mesmo com o estabelecimento do “século de paz”, a iminente instabilidade do continente desencadearia uma série de eventos, entre eles a Primeira Guerra Mundial (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015, p. 6).

Jubran, Leães e Valdez (2015) pontuam que no intuito de defender esse equilíbrio de poder e a centralidade econômica, nasce uma política externa isolacionista na Europa, e imperialista no restante do mundo, que visa a expansão e dominação de territórios, além de suas fronteiras. Esse avanço e dominação de recursos naturais de outras nações são elementos-chaves dos conflitos, interações e alianças que têm acontecido no mundo desde então. Assim, sabendo que os conflitos atuais não se limitam ao continente europeu e, no entanto, são esses conflitos que ganham destaque na mídia, gerando comoção internacional, pretendemos neste artigo destacar a relação entre os elementos econômicos e culturais que pautam o grau de sensibilização e solidariedade diante de convulsões sociais, tragédias ambientais, guerras, genocídios e pobreza no mundo.

Com o esfalecimento da União Soviética e a consequente hegemonia dos Estados Unidos, o conturbado século XX chegou ao fim trazendo novos dilemas e questionamentos. Se antes a compreensão da realidade internacional estava pautada na bipolaridade típica da Guerra Fria, com a queda do muro de Berlim, em 1989, ocorre um esvaziamento das perspectivas, então conhecidas, acerca da continuidade da história. A reconfiguração de um período tão longo trouxe consigo, além do triunfo dos ideais liberais, a ausência de paradigma; a falta de referencial teórico-analítico para se compreender os eventos vindouros. É nesse contexto que surge um grande esforço intelectual para desenvolver novos modelos analíticos capazes de fornecer respostas concretas e condizentes com a nova percepção da realidade.

Francis Fukuyama (1992), ao cunhar a perspectiva do “fim da história”, afirmava que o triunfo dos Estados Unidos representava o fim da era dos conflitos - o que pode ser entendido como uma “história linear” - diretamente intrincada aos padrões norte-americanos. Logo, não haveria mais instabilidades, guerras ou conflitos ideológicos. Os Estados Unidos, ao vencerem a Guerra Fria, se firmavam como uma espécie de líder a ser seguido por todos, propagando sua cosmovisão e, em igual medida, assimilando progressivamente o mundo à sua cultura.

Surge, paralelo à tese de Fukuyama (1992), na academia americana, a perspectiva intercivilizacional de Samuel Huntington (1993), que anuncia o fim da era bipolar como a representação do fracasso de uma ideologia. Baseado nisso, o autor afirmava que os anos seguintes já não seriam mais caracterizados pelo conflito ideológico ou político, mas que o recorte cultural das civilizações seria o grande condicionador da cooperação e do bem-estar do sistema internacional.

Desse modo, o autor destacou a existência de oito civilizações centrais no mundo, as quais tenderiam a se relacionar e a cooperar mais facilmente com aquelas pertencentes ao mesmo núcleo civilizacional. O grande foco da tese do autor é dado ao papel do ethos cultural (religiões, filosofias e cosmovisões) no cerne dessas civilizações. Embora os autores partam de análises generalistas e demasiadamente ortodoxas, o paradigma cultural, abordado por ambos, pode ser de grande ajuda na compreensão dos fenômenos sociais e políticos do Sistema Internacional.

A suposta linearidade ou convivência global perante os Estados Unidos, como proposto por Fukuyama (1992), é facilmente identificada em alguns aspectos relativos à economia e à cultura, embora a contestação de alguns estados esteja cada vez mais frequente na atual ordem mundial. O choque civilizacional de Huntington (1993), por outro lado, se propôs a explicar as hostilidades entre povos de eixos civilizacionais distintos; os conflitos hodiernos entre árabes e judeus, por exemplo, ilustram bem a aplicação do recorte analítico do autor.

Na visão de Said (2011), há pouca atenção sobre o papel da cultura na experiência imperial moderna, uma vez que dificilmente se leve em conta as sombras lançadas pelo extenso imperialismo clássico europeu dos séculos XIX e XX nos âmbitos socioculturais, como assombros na nossa época. Assim, a reconfiguração internacional vivenciada após as guerras mundiais e a transição à bipolaridade e novas divisões do mundo, podem ser melhor compreendidas em abordagens que além dos aspectos econômicos evidenciem enfoques culturais.

Neste intento, o presente artigo destaca a relação entre esses elementos econômicos e culturais no Sistema Internacional. Por meio da revisão bibliográfica pautamos reflexões entre as obras de autores decoloniais como Franz Fanon, Aníbal Quijano, Kabengele Munanga e Samir Amin com teóricos da área das Relações Internacionais, como exemplo Hedley Bull, Samuel

Huntignton e Alessandro Eugenio Pereira, correlacionando seus postulados teóricos ao conceito de aporofobia, formulado por Adela Cortina.

Deste modo, este estudo divide-se em dois momentos: o primeiro intitulado Imperialismos, colonialidade e a negação do outro, centrado na formação do estado moderno europeu como perpetuador de desigualdades, divisões sociais e ocultador de sujeitos e culturas. E o segundo momento, Relações Internacionais, economia e solidariedade, concentrado nos aspectos econômicos que ditam as relações de solidariedade entre povos e nações. Para contextualizar o tema, a seguir serão abordados os processos de colonização e imperialismo responsáveis pela criação de categorias que ainda regem as interações entre nações atualmente.

## **1. IMPERIALISMOS, COLONIALIDADE E A NEGAÇÃO DO OUTRO**

Em “Os Condenados da Terra” (1968), Frantz Fanon afirma que a Europa é a criação do Terceiro Mundo, pois o seu excesso de riquezas deve-se ao que foi roubado dos povos subdesenvolvidos. Assim, o autor adverte que quando um país europeu se “sensibiliza” a ajudar um país subdesenvolvido aceitamos como uma reparação ao invés de caridade. Contudo, a colonialidade existente nas relações entre países considerados desenvolvidos e subdesenvolvidos revela que essa consciência não existe no lado dos “antigos” colonizadores. Para que possamos compreender como se deu essa divisão do mundo, suas implicações nas relações entre os povos de culturas diferentes, e ainda como nos sensibilizamos com certos acontecimentos e fechamos os olhos para tantos outros, precisamos voltar à formação do Estado moderno europeu.

Os europeus ocidentais acreditavam ser portadores e protagonistas da modernidade, uma vez que se julgavam os mais avançados da espécie humana. Utilizando a herança greco-romana como encaixe desse pensamento, os europeus não só se autodeclararam como protagonistas da modernidade, mas se estabeleceram como modelo e parâmetro para o que viria a ser o moderno (QUIJANO, 2005, p. 123). A associação desse pensamento com o raciocínio científico que emergia do paradigma cartesiano, solidificou um ideário eurocêntrico sobre a modernidade.

Essa modernidade eurocêntrica, somada à condição central no capitalismo mundial, permitiu que os europeus impusessem um domínio colonial sob todas as regiões do planeta, anexando-as ao “sistema-mundo” que se formava (QUIJANO, 2005, p. 121). O autor pontua ainda como esse fato concebeu um processo de re-identificação histórica, pois, a partir da consolidação da identidade europeia, outros espaços receberam novas identidades “geoculturais”. Destacando a construção do Oriente em oposição ao Ocidente, como o reconhecimento da dignidade

intelectual e cultural oriental, que mesmo considerada inferior, estabeleceu a região como única em oposição ao ocidente.

A “descoberta” do Novo Mundo é outro evento que precisa ser mencionado. Visto que, na busca por novos territórios, os europeus estabeleceram contato com povos distintos culturalmente. Desse encontro rompeu o Outro como ser incivilizado e subalterno, merecedor da colonização. Na percepção de Maldonado-Torres, a colonização dos povos estabeleceu uma “catástrofe metafísica”, “que inclui o colapso massivo e radical da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade e o começo da relação Senhor-Escravo” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 37).

Fanon (1968), alega que o mundo colonial é um mundo dividido, no qual a cidade do colono é uma cidade saciada, repleta de coisas boas habitada por brancos. E em contrapartida, a cidade dos colonizados é a cidade negra, a cidade indígena ou a Medina. Um lugar de fama ruim, habitado por homens de caráter questionável. Assim, o autor estabelece o mundo colonial como um mundo maniqueísta, onde os costumes e símbolos dos povos colonizados são vistos como perversão da ordem estabelecida pelo colonizador.

Em seus estudos, Said (2011) percebeu como esse pensamento hegemônico europeu perdurou nos imperialismos dos séculos XIX e XX, sendo encontrado em fragmentos de grandes obras literárias de países como a França, Inglaterra e Estados Unidos. O crítico pontua que é perceptível na produção literária dos países imperialistas visões de que as regiões distantes do mundo (do centro econômico) não possuem vida, cultura e história digna de serem contadas, não existindo assim uma independência de suas representações sem o ocidente.

Ao definir o imperialismo como “um gesto de violência geográfica por meio do qual praticamente todo o espaço do mundo é explorado, mapeado e, por fim, submetido a controle” (2011, p. 351), Said pontua como a perda do espaço geográfico para povos estrangeiros causa nos nativos uma busca por uma identidade geográfica, que muitas vezes só era possível na imaginação. Ao citar Crosby, o autor retrata a necessidade dos europeus em mudar o habitat local das regiões que invadiam, seus métodos de construção, plantas e animais transformaram as colônias em novos lugares. Em consequência dessa empreitada, surgiram novas doenças, desordens ambientais e deslocamentos dos povos que ocupavam essas regiões.

Abordando a obra do geógrafo Niel Smith, Said (2011) salienta como o capitalismo criou historicamente uma representação única de natureza e espaço, uma paisagem desigual que integra riqueza e pobreza. Cujo ponto culminante é o imperialismo, que dominou, classificou e mercantilizou todos os espaços em nome de um centro metropolitano. Ainda citando Smith, o autor ressalta que para vencer esse pensamento imperialista os povos subjugados usaram das



expressões culturais, a literatura por exemplo, como forma de resistir aos processos de mudanças impostos pelos imperialistas.

Nota-se a importância e o papel que a cultura possui para as sociedades, uma vez que, a instituição de um modelo único de civilização somado aos processos de colonização, e posteriormente ao imperialismo, que classificaram o mundo, se edificaram na negação do Outro e na inferiorização das culturas de outros povos. Ainda que a cultura tenha sido, e ainda seja, um meio de dominar e inferiorizar, ela também é uma forma de resistência. Em suas manifestações culturais, os “outros” usam da criatividade para denunciar a violência imposta e imaginar espaços cuja natureza lhes devolva os sentidos e suas identidades.

No entanto, Kabengele Munanga (2006) alerta que até a evidenciação desses aspectos culturais pode ser criadora de rejeições. Ao pontuar o pensamento de alguns etnólogos, o autor exemplifica como certos posicionamentos radicais podem ampliar as diferenças. Como o pensamento de Lévi-Strauss, que via na rejeição do Outro um modo de assegurar a existência das culturas, pois na sua concepção o excesso de abertura aos outros desencadearia uma “morte cultural”.

Ao citar Taquieff, Munanga (2006) pontua como tais perspectivas reafirmam o pensamento etnocêntrico e naturalizam atitudes preconceituosas, já que essa é uma das justificativas utilizadas na recusa à recepção de outros povos no continente europeu. Para Taquieff (apud Munanga, 2006, p. 51), tais posicionamentos imperam sob um discurso legitimador do imperativo cultural que visa excluir o estrangeiro e evitar as possíveis amálgamas de maneiras de ser e pensar.

A implantação do regime segregacionista na África do Sul, no século XX, é uma amostra de que a defesa às identidades e às diversidades culturais pode ser subvertida. Munanga (2006) aponta como a implementação desse regime confiscou direitos políticos e sociais da maioria da população negra, favorecendo uma minoria branca. O autor pontua que a maioria dos países ocidentais atualmente praticam o racismo antinegros e antiárabes sem recorrer aos conceitos de raças superiores e inferiores, concebido no pensamento naturalista, dispondo agora dos conceitos de diferenças culturais e identitárias. Assim, em sua visão os racismos contemporâneos não necessitam mais do conceito de raça.

Deste modo, Munanga (2006) adverte que as propostas de combate ao racismo não se centram mais no abandono do conceito de raças, e tampouco nos usos dos léxicos “etnia”, “identidade”, etc., pois, em sua visão, o racismo é uma ideologia que paira em todos esses conceitos. Ao pontuar os estudos de Bernard Lewis sobre o mundo islâmico, o autor salienta como as distinções entre povos aconteciam no mundo islâmico, na Índia, China e em países ditos

pagãos. Muitas dessas distinções se firmavam nos aspectos religiosos, e assim como no mundo europeu, para serem respeitados os povos deveriam possuir “provas” de civilidade.

Lewis (apud Munanga, 2006, p. 55) pontua ainda, que no mundo mulçumano havia escravos negros e brancos, e ambos possuíam terminologias em suas referências, entretanto, somente o termo utilizado para designar os escravos negros (Abd) foi posteriormente associado a cor da pele, passando a designar “homens negros”, fossem eles escravos ou não. O autor pontua que a naturalização da escravidão do homem negro foi legitimada pela lenda mulçumana de Ham, que narra a história do filho de Adão que foi condenado a “ser negro” como punição por seu pecado, sendo essa maldição lançada a todos seus descendentes.

Pode-se perceber que os mitos enquanto produtos simbólicos culturais podem ser utilizados como artifícios ideológicos fundamentadores de desigualdades. Deste modo, assim como a literatura escrita apontada por Said, os mitos que permeiam as civilizações, antigas ou atuais, podem alimentar percepções que um determinado grupo dispõe sobre outro. Assim, Munanga (2006) enfatiza que os estudos de Lewis comprovam que o racismo e outras distinções entre povos, existem antes do conceito de raça sistematizado na modernidade ocidental. Em razão disso, o autor defende: “a raça não cria problema, mas sim a diferença fenotípica por ela simbolizada.” (2006, p. 56).

Nesta perspectiva, os teóricos mencionados indicam possíveis caminhos para o entendimento das relações estabelecidas entre os povos com aqueles que foram e são vistos como diferentes e inferiores. Demonstrando que, embora essas divergências tenham se sobressaído com a expansão do pensamento moderno europeu, elas não se restringem ao lado ocidental do globo, e podem ser encontradas na literatura de antigas civilizações orientais.

Depois desta abordagem sobre os diferentes aspectos que construíram as relações entre os povos no mundo, no tópico seguinte será abordada a relação da ordem econômica vigente com a subalternização dos sujeitos e a falsa solidariedade que tem permeado o sistema internacional pela ótica das teorias das Relações Internacionais e do conceito de aporofobia.

## **2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ECONOMIA E SOLIDARIEDADE**

Tendo claro que os processos de enriquecimento e constante modernização vivenciados pela Europa, a partir da usurpação de recursos naturais e aplicação de métodos de trabalho escravo nos territórios americanos subalternizados e expropriados, se deram sob uma determinada orientação conjunta, é necessário explanar a natureza constitutiva do Sistema Internacional e a alternância dos paradigmas que regem a forma como seus entes atuam, criando assim, uma

espécie de habitus, que é imposta através da coerção e do constrangimento sistemático por parte de outros Estados e de organizações internacionais influentes em algum campo.

Desse modo, os países do Sistema Internacional, interagindo em uma macroestrutura de caráter anárquico (BULL, 2002) e sob a égide do liberalismo econômico, se caracterizam, ainda, como um aglomerado de países divididos em blocos culturais ou econômicos mais ou menos homogêneos que buscam, através da cooperação, a obtenção de alguma vantagem que lhes garanta a manutenção das suas bases e a satisfação dos seus interesses. Mesmo partindo da premissa solidária e da cooperação contida no bojo teórico da corrente liberal, é preciso se ater que este paradigma não deixa de ter sua ontologia no realismo clássico, fazendo-se valer da sua autopreservação e do auto interesse quando condicionada à interação com outros pares. (KEOHANE, 2005).

Isso quer dizer que a superação, embora dialógica, da ideia proposta no realismo clássico, a qual tem o ente estatal como uma figura egoísta dotada de racionalidade e cuja manutenção da sua existência é o fim único das suas ações, iremos, num intento breve, destrinchar as premissas da filosofia política que compõem o arcabouço teórico das teorias realista e idealista (liberal) das RI.

Os antecedentes teóricos que remontam à teoria realista clássica das RI têm nas figuras de Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes as bases filosóficas para compreender a natureza humana e, a nível macro, os Estados. Para Maquiavel (1998), “deveríamos compreender a essência da realidade política como ela é (realismo) e não como gostaríamos que ela fosse (idealismo)” (PEREIRA, 2016, p. 28). E, para isso, é importante também se ater à natureza humana e à forma que os indivíduos agem buscando a maximização das suas vantagens. Para ele, os homens são “ingratos, volúveis, simuladores, tementes dos perigos e ambiciosos do ganho” (MAQUIAVEL, 1998, p.96). Logo, para garantir a sobrevivência e a segurança do Estado, os postulados realistas que Maquiavel pontuou ressaltam a necessidade de agir “com base no cálculo inteligente do poder e do interesse de alguém contra o poder e o interesse de seus rivais e competidores” (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 106).

Outro filósofo de grande importância para a teoria realista das Relações internacionais foi Thomas Hobbes. A percepção pessimista acerca da natureza belicosa do homem foi disseminada ao longo de suas obras e vai de encontro, em certo grau, com o pensamento de Maquiavel. Para Hobbes (1997) a ausência de um Estado forte, capaz de frear as paixões avassaladoras resultaria na guerra de todos contra todos, ou, nas palavras do autor, no estado de natureza anterior ao estabelecimento do contrato social. A anomia proposta por Hobbes se daria justamente por três razões principais:

[...] a competição pelo lucro, a desconfiança mútua e a glória. A posse sobre os bens não está garantida no estado de natureza. Por isso, os homens podem entrar em conflito entre si pelos bens.” A desconfiança mútua resulta da incapacidade de prever o comportamento do outro; desse modo, um homem pensa que, antes de ser atacado, é melhor atacar e defender sua vida e seus bens. (PEREIRA, 2016, p. 33)

Alexsandro Pereira (2016) chama a atenção para o conceito de poder na teoria realista, que consiste nos meios utilizados pelos Estados para que eles adquiriram algum bem visível a partir de suas ações. Para o autor, a interpretação hobbesiana sobre o poder na esfera internacional está calcada em duas naturezas possíveis, uma de caráter natural e a outra instrumental.

É natural quando o indivíduo dispõe de certas faculdades do corpo ou do espírito, como força extraordinária, beleza, prudência, capacidade, eloquência, liberalidade ou nobreza. Já os poderes instrumentais são adquiridos por causa das faculdades naturais ou pelo acaso. Os poderes instrumentais servem para obter mais poder e podem ser a riqueza, os amigos, os desígnios secretos de Deus (a boa sorte). (PEREIRA, 2016, p. 34)

A teoria liberal, em contrapartida, a partir de reflexões filosóficas de pensadores utópicos como Immanuel Kant e abade de Saint-Pierre vai se constituir como uma alternativa às hostilidades evidenciadas pela teoria realista, cética quanto à possibilidade de confiança mútua e perpetuação da paz na esfera internacional. É a partir das contribuições desses pensadores, como em *A paz perpétua* (1795) e no *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa* (1713) que se terá os primeiros esboços de uma possível organização supranacional, visando integrar os países em dinâmicas de cooperação e de superação de belicosidade a partir do intercâmbio de bens e do comprometimento com o bem-estar geral.

Desse modo, Pereira (2016) nos mostra que, para Kant, os Estados deveriam estabelecer pactos entre si a fim de evitar as guerras e legitimar a paz, montando então, uma comunidade jurídica internacional. “Esse pacto seria resultante do progresso da razão, que reconheceria a necessidade de superar o estado conflituoso em que estão os Estados europeus. Ele reconheceu que o estado natural das relações internacionais é o estado de guerra.” (PEREIRA, 2016, p.75-76)

Os povos, enquanto Estados, podem considerar-se como homens singulares que, no seu estado de natureza (isto é, na independência de leis externas), se prejudicam uns aos outros já pela sua simples coexistência e cada um, em vista da sua segurança, pode e deve exigir do outro que entre com ele numa constituição semelhante à constituição civil, na qual se possa garantir a cada um o seu direito. Isto seria uma federação de povos que, no entanto, não deveria ser um Estado de povos. (KANT, 2008, p. 15-16)

Na contemporaneidade, o paradigma liberal se transfigura no neoliberalismo e esgarça as premissas de cooperação a partir da interação interestatal e da diminuição da influência estatal no âmbito particular. Desse modo, os elementos de maior relevância para essa corrente são “a

interdependência econômica como elemento capaz de gerar relações pacíficas e cooperativas entre os Estados, o papel das organizações internacionais na construção da paz entre os Estados e a propensão dos países democráticos a estabelecer relações mais pacíficas entre si” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, apud PEREIRA, 2016, p. 70).

Por conseguinte, foi possível evidenciar na leitura filosófica a importância da natureza humana, que, quando transportada à natureza do Sistema Internacional, reverberará na forma de gerir a política, acumular poder e interagir com outros Estados. Em ambas as teorias, realista e liberal, nota-se a necessidade de cooperação para a perpetuação das estruturas do Estado, buscando, assim, ofertar capitais abundantes em intercâmbio de capitais ausentes nos seus limites geográficos e de influência

A natureza do poder hobbesiano, natural e instrumental, se relaciona, na contemporaneidade, com outras teorias sociais que nos ajudam a compreender a forma que o capital condiciona a solidariedade. Bourdieu (1999) expande o conceito de capital e ultrapassa a tradicional reprodução da ideia do capital econômico, cristalizado no dinheiro, e o incorpora ao conceito de campo para uma melhor compreensão das esferas de embate político e social. Logo, para esta análise, os capitais, além do financeiro, defendidos por Bourdieu, como o capital simbólico, social e cultural são extremamente importantes para se compreender a forma que os Estados agem ao intercambiar bens, serviços e solidariedade almejando a obtenção de alguma vantagem adaptativa (CORTINA, 2020).

Como exposto nas correntes centrais do pensamento das Relações Internacionais, os Estados devem ser compreendidos como entidades autointeressadas e egoístas em um mundo anárquico, onde a inconstância e a imprevisibilidade se fazem presentes. Por essa razão, a cooperação é, embora com algum grau de desconfiança, tida como uma ferramenta importante para a manutenção do bem-estar entre os povos.

Nesse sentido, ao pensarmos os critérios que pautam a cooperação ou o grau de solidariedade estendido aos países em situação de calamidade, não é difícil perceber a distinção solidária exercida entre países que possuem interesses econômicos e culturais em comum, com a solidariedade ofertada aos países que não têm muito a oferecer. Nessa escalada pelo poder, as alianças, tão preciosas quanto o capital bruto, selecionam com quem devem se solidarizar.

Por muito tempo se pensou na ideia da cultura como condicionante para a legitimação da solidariedade entre os povos. Huntington (1993) foi um dos que propôs a cooperação e a solidariedade cultural a partir de blocos culturais monolíticos e opostos ao longo dos continentes. Para ele, os ocidentais sempre cooperariam com ocidentais, árabes com árabes, latinos com latinos. É perceptível que a teoria civilizacional de Huntington (1993) possui uma sequência de

falhas conceituais e práticas, sobretudo no que diz respeito aos fluxos disruptivos trazidos com a pós-modernidade e o advento do paradigma neoliberal no mundo.

A globalização e todas suas consequências, como a fragmentação do processo produtivo ou a redivisão do trabalho internacional, o dissolvimento de fronteiras físicas e a criação de entidades supranacionais, os fluxos migratórios internacionais, a precarização dos direitos trabalhistas - cristalizado nos processos de uberização e pejetização-, a constante pauperização das classes trabalhadoras e a volatilidade do capital especulativo só ilustram como a necessidade material perpassa facilmente os limites da cultura.

Para melhor compreender os elementos que condicionam essa solidariedade, acreditamos que teorias ortodoxas ou de viés estritamente cultural ou economicista não devem ser utilizadas como subsídios teóricos totalizantes. Por essa razão, optamos por uma abordagem que forneça aportes de médio alcance.

Reconhecendo, então, os limites de compreensão da teoria civilizacional, que, em alguns casos de solidariedade internacional se efetiva na prática, como em alguns países árabes ou no bloco de países ocidentais, deve-se entender a solidariedade como uma forma de capital social diante da comunidade internacional. Assim, a solidariedade, direta ou indiretamente, será estendida em troca de alguma vantagem, material ou simbólica.

Adela Cortina (2020) elucidada, através do seu conceito de aporofobia, sobre como a solidariedade seletiva ocorre no mundo diante de tragédias e catástrofes que tem o bloco ocidental como palco, as quais geram repercussão a nível global e mobilizam toda a sociedade internacional, com ênfase nos países periféricos e semiperiféricos, a agir e se identificar de alguma maneira com aquele sofrimento. Para a autora, a aporofobia é o princípio que permeia nossas interações sociais individuais a nível micro e nos faz adotar determinadas posturas de colaboração ou de exclusão. Contudo, levando em consideração as teorias clássicas de RI e a racionalidade dos Estados no campo internacional, deve-se ter claro que neste esboço de transposição teórica as relações internacionais serão compreendidas tais quais aquelas explicitadas por Cortina em Aporofobia, a aversão ao pobre (2020).

Em termos inteligíveis, a aporofobia pode ser entendida como um medo estorrecedor, assim como em todas as fobias, contudo, um medo que tem suas raízes ontológicas centradas na própria natureza humana e na sua posterior evolução. Para Cortina (2020), patologias sociais relacionadas à diferença do outro como a homofobia, o racismo, a xenofobia e a misoginia estariam diretamente ligadas a uma “fobia-mãe”, que supera a discriminação estética e/ou subjetiva e nos remete a um tipo de discriminação centrada na incapacidade da produção material de subsistência. A fobia à pobreza e ao pobre está, segundo Cortina (2020), nos processos

evolutivos pelos quais a socialização compulsória e a formação de núcleos civilizacionais que romperam com a típica solidariedade mecânica e instauraram a colaboração orgânica. “Na sociedade contratualista e cooperativa de troca se exclui o radicalmente estranho, o que não entra no jogo da troca, porque não parece que possa oferecer qualquer benefício em retorno. Esse é o pobre em cada âmbito da vida social” (CORTINA, 2020, p. 94).

Os pobres são aqueles que não têm a possibilidade de dar algo em troca em um mundo baseado no jogo de dar e receber. Assim, parece que levá-los em consideração implica perder capacidade adaptativa biológica e social, pois são os bem situados que podem ajudá-los a sobreviver e prosperar. [...] Este é o terreno fértil, biológico e social, da aporofobia, da aversão aos *áporoi*, aos que nada têm de bom a oferecer em troca. E não só se estiverem longe, mas ainda mais se estão perto e podem causar problemas, se pertencem à própria família e são tratados como uma vergonha a ser escondida. (CORTINA, 2020, p. 94)

Logo, a natureza internacional se relaciona com a forma de interagir no micro, buscando laços de solidariedade orgânica e fortalecimento das relações a partir da premissa de melhoramento das capacidades adaptativas (CORTINA, 2020), que visam prolongar sua existência, assim como posto pela teoria realista das Relações Internacionais. Contudo, o elemento central desta tese aplicada às RI não deve ser estritamente o do viés econômico e o da pobreza, mas de qualquer vantagem que garanta aos Estados uma vantagem simbólica, social, cultural ou política.

Ainda sobre o viés culturalista, é importante ressaltar que, embora não orgânicas e espontâneas, muitas interações e demonstrações de solidariedade entre países de blocos culturais distintos ocorrem devido às alianças multilaterais e bilaterais firmadas entre estes, bem como os constrangimentos simbólicos que são impostos pela comunidade internacional em situações que exigem a manifestação pública dos Estados e, que em casos de recusa, resultarão em uma possível perda da capacidade adaptativa.

É a reputação [...] que constrói uma ponte entre o ato de dar e o do retorno esperado, o que infunde confiança em quem cumpre a sua parte no contrato implícito do qual se receberá o esperado, o que pode consistir, por sua vez, em um benefício pessoal, ou que o beneficiário dê algo a outras pessoas, mantendo viva a cadeia de trocas. (CORTINA, 2020, p. 111)

Por essa razão, mesmo que não haja ganho aparente na disposição de alguma cooperação de auxílio técnico de natureza Norte-Sul, os Estados agem imbuídos pela possibilidade de sofrerem constrangimentos da comunidade internacional e enfraquecerem seus laços e capacidades. “Nowak e Sigmund entendem que o símbolo da pressão moral é o olho sempre

vigilante no céu, que se costumou representar como um Deus onipresente, e que a consciência pode atuar internalizando nossa maneira de estar com os outros" (CORTINA, 2020, p. 111).

Porém, se uma das tendências avaliativas típicas de nossa espécie é a tendência de tentar se distanciar dos acontecimentos ou pessoas que possam ser perturbadores e não benéficos, e se é verdade que somos "animais dissociativos", preparados para colocar entre parênteses as situações e as pessoas que tragam consigo problemas, não é estranho que sempre existam excluídos em nossas sociedades. São aqueles que não obtêm vantagem no processo infinito de troca, que parecem não contribuir com nada de positivo para sua própria sobrevivência e bem-estar. (CORTINA, 2020, p. 93)

Santos (2000) enxerga nessa tendência um caminho para a superação de tal realidade, visto que em sua visão os países subdesenvolvidos, os menos favorecidos no jogo de trocas imposto pelo sistema-mundo, irão uma hora ou outra compreender que a cooperação com os países de centro tem gerado um aumento de suas dependências. O autor acredita que esse é um passo essencial para reconhecer que a racionalidade determinante, gerada pela modernização e pela globalização do mundo, tem perdido espaço e aos poucos deixa de ser dominante.

Com o poder centralizado nas mãos de uma minoria, Santos (2000) avista a maioria dos povos insatisfeitos por não se sentirem representados, principalmente as populações de países mais pobres. Assim, para o autor, do processo de globalização tem surgido uma tomada de consciência da condição de inferioridade que os países menos abastados têm ocupado nessas relações, que resultará na reavaliação dos pactos que existem atualmente.

Posto isto, Santos (2000) enfatiza que os modos particulares desses países sentirem e consumirem essa globalização, demonstra o quanto esse movimento tem sido seletivo. Já que a vida no Tricontinente (AMIN, 2020) tem se manifestado como uma reação a essa organização do mundo, pois é impossível que essa globalização econômica e cultural seja aceita totalmente. Dessa recusa, o autor vislumbra que as mudanças para uma outra globalização, deverão surgir fora do sistema-mundo, emergindo dos países subdesenvolvidos. Essas mudanças atribuirão uma nova representação aos blocos regionais, que poderão ultrapassar a etapa das relações meramente comerciais para atingirem o estágio mais elevado de cooperação. Produzindo assim, uma globalização de baixo pra cima que permita a prevalência de preocupações de ordem social, moral e cultural. As iniciativas categorizadas como cooperação Sul-Sul ilustram bem o intento de países periféricos e semiperiféricos de garantir maior simetria nas interações internacionais, abrindo mão da solidariedade objetivista analisada na teoria realista das RI e na aporofobia.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se como os aspectos econômicos têm interferido de maneira efetiva nas relações entre nações. Seja nos princípios formadores do Estado moderno, pontuados anteriormente, ou no proeminente liberalismo, que atualmente redefine percepções de mundo e cria novos modos de interação. Se na sociedade colonial o Outro foi negado por ser "incivilizado" aos olhos dos europeus, hoje além da reminiscência desse pensamento, há novos Outros em negação.

Os países colonizados que não tiveram a mesma oportunidade de expansão econômica como os países colonizadores, principalmente os países da América Latina, que por vezes são submetidos a acordos desiguais que enriquecem apenas um lado. Além de suas populações viverem à sombra de um subdesenvolvimento, que não lhes garante os direitos mais básicos. O espaço que outrora era incivilizado, atualmente é conhecido como a periferia do mundo, lugar da pobreza e da violência, produto de um processo de exploração histórico.

A aprofundação, somada às pontuações dos autores trabalhados neste estudo, denuncia que a aversão à pobreza se destaca aos racismos, xenofobias e divergências identitárias ou culturais, uma vez que, os países ricos não se importam em abrir suas fronteiras para os turistas que não se incomodam de gastar dinheiro em seus pontos turísticos, e, contudo, acham inadmissível a recepção de imigrantes pobres que cruzam suas fronteiras diariamente arriscando suas próprias vidas. A distinção é óbvia, “o problema não é, então, a raça, a etnia e nem mesmo o estrangeiro. O problema é a pobreza” (CORTINA, 2020, p. 26).

Em meio a constante incerteza trazida pelo paradigma das sociedades pós-industriais, a idealização de um mundo menos assimétrico e capaz de reagir assertivamente diante do sofrimento, por causas naturais ou sociais, sem se pautar estritamente nos conceitos de raça, cultura e economia ainda segue sendo um anseio kantiano. A globalização capitalista, distinta daquela proposta por Milton Santos, esgarça as mazelas sociais e exalta a individualidade extrema, negando ao outro e a si próprio a humanidade que deveria estar presente em todos.

Enquanto não ocorrer o real comprometimento da comunidade internacional e a reavaliação dos princípios que permeiam as relações internacionais, a solidariedade continuará sendo substituída pela competição, os indivíduos (Estados) seguirão abandonados a si mesmos, entregues a seus próprios recursos escassos e claramente inadequados, onde os laços comunitários corroídos os transformarão, sem pedir aprovação, em indivíduos de jure (de direito); os quais dificultarão que se transformem em indivíduos de facto (de fato) (BAUMAN, 2009, p. 21-22).

## REFERÊNCIAS

AMIN, SAMIR. **Somente os povos fazem sua própria história**. São Paulo: Expressão Popular, 2020

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papiрус, 1996.

BULL, H. **A sociedade anárquica**. Brasília: Ed. da UNB; Ipri; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Clássicos Ipri). Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/158-Sociedade\\_Anarquica\\_A.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/158-Sociedade_Anarquica_A.pdf)>. Acesso em: 19 maio 2022.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. São Paulo: Editora Corrente, 2020.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HOBBS, T. **Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HUNTINGTON, S. P.: in Foreign Affairs; **The Clash of Civilizations?** Harvard University Press summer 1993.

JACKSON, R.; SØRENSEN, G. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007

JUBRAN, B. M.; LEAES, R. F.; VALDEZ, R. C. C.. **Relações internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos**. Textos Para Discussão FEE, v. 131, p. 1-28, 2015.

KANT, I. **A paz perpétua: um projecto filosófico**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

KEOHANE, R. O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2005.

MALDONADO-TORRES. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson; Grosfoguel, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 27-53.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 21. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998

MUNANGA, Kabengele. **Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos**. Revista USP, v. 68, p. 45-57, 2006.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

PEREIRA, Alessandro. **Teoria das Relações Internacionais**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino- Americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 117-142. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)>. Acesso em: 6 de maio, 2022.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAINT-PIERRE, A. de. **Projeto para tornar perpétua a paz na Europa**. Brasília: Ed. da UNB; Ipri; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Clássicos Ipri). Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/173Projeto\\_para\\_tornar\\_perpetua\\_a\\_paz\\_na\\_Europa.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/173Projeto_para_tornar_perpetua_a_paz_na_Europa.pdf)>. Acesso em 20 maio 2022.

SANTOS, Mílton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao\\_leitura/sociologia/outra\\_globalizacao.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/outra_globalizacao.pdf). Acesso em: 25 de maio de 2022.

#### AGRADECIMENTOS

A professora Ceres Santos e ao Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por nos terem possibilitado o desenvolvimento e conclusão deste estudo.

## CONSUMO DE MÍDIAS E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL ONLINE E OFFLINE DOS ELEITORES DE SALVADOR NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS 2014 E 2018

ROSANE S. SANTANA<sup>9</sup>  
ANTÔNIO FERNANDES<sup>10</sup>

### RESUMO:

Qual é a relação entre consumo de mídias pelos eleitores de Salvador (BA) e participação *online* e *offline*, nas eleições presidenciais brasileiras de 2018? Para responder a essa pergunta, foram utilizados dados de duas pesquisas domiciliares realizadas com eleitores de todas as regiões administrativas da capital baiana, nas eleições presidenciais de 2014 e 2018. A amostragem foi calculada por cotas estratificadas segundo sexo, idade e escolaridade e distribuição proporcional à população, com base no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU), e nas “Estatísticas do Eleitorado Brasileiro”, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para análise dos *surveys*, utilizamos estatística descritiva e correlação linear. Os resultados demonstraram que quanto maior o consumo de mídias *online*, maior foi a participação *online* e menor a participação *offline*. Do mesmo modo, maior consumo de mídias *offline* levou a maior participação *offline* e menor participação *online*.

**Palavras-chave:** Democracia Digital. Eleições. Mídias. Participação política

### ABSTRACT

What is the relationship between media consumption by voters in Salvador (BA) and online and offline participation in the 2018 Brazilian presidential elections? To answer this question, data from two household survey surveys were used, carried out with voters from all administrative regions of the Bahian capital, in the 2014 and 2018 presidential elections. The sample was calculated by stratified quotas according to sex, age and education and distribution proportional to the population, based on the Salvador Urban Development Master Plan (PDDU) and on the “Statistics of the Brazilian Electorate” by the Superior Electoral Court (TSE). For analysis of the surveys we used descriptive statistics and linear correlation. The results showed that the greater the consumption of online media, the greater the online participation and less offline participation. Likewise, increased offline media consumption leads to increased offline participation.

**Key Words:** Digital Democracy. Elections. Media. Political Participation.

### RESUMEN

Cuál es la relación entre el consumo de medios por parte de los electores de Salvador (BA) y su participación online y offline en las elecciones presidenciales brasileñas de 2018? Para responder esa pregunta se tuvieron en cuenta datos de dos encuestas de *survey* domiciliares, realizadas con electores de todas las regiones administrativas de la capital del estado de Bahia, en las elecciones presidenciales de 2014 y 2018. Se realizó un muestreo estratificado, considerando sexo, edad y escolaridad y distribución

<sup>9</sup>Doutora e pós-doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (PÓSCOM-UFBA), com estágio doutoral em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora de Comunicação e Processos Jornalísticos da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus 3, Juazeiro (UNEB-DCH3). E-mail: rosantana@uneb.br

<sup>10</sup>Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do grupo Métodos de Pesquisa em Ciência Política (DCP/UFPE), Coordenador do “Métodos em Pauta” (iniciativa que busca difundir a discussão sobre método científico em Ciências Sociais no Brasil). E-mail: fernandes.antonio@gmail.com

proporcional a la población, con base en el Plan Director de Desarrollo Urbano de Salvador (PDDU) y en las “Estadísticas del electorado brasileño”, del Tribunal Superior Electoral (TSE). Para análisis de los *surveys* utilizamos estadística descriptiva y correlación lineal. Los resultados demostraron que cuanto mayor es el consumo de medios online, mayor es la participación online y menor es la participación offline. Asimismo, el mayor consumo de medios offline genera mayor participación online.

**Palabras clave:** Democracia Digital. Elecciones. Medios. Participación política.

## INTRODUÇÃO

É amplamente difundida e aceita, entre estudiosos de comunicação política, a tese de que o consumo de mídias promove engajamento cívico e participação (CHAFFEE; KANIHAN, 2010; CONWAY, 2000; DALHL, 2013; DAHLGREN, 2009; DIXSON, 2006; MCLEOD; ZÚÑIGA; MOLYNEUX; ZHENG, 2014). Conway (2000), por exemplo, afirma que a possibilidade de um indivíduo sair da inatividade para um engajamento cívico depende da intensidade com a qual, ao longo da vida, ele é exposto à informação política. Nesse sentido, as tecnologias digitais contribuíram para reduzir as desigualdades de informação e conhecimento, tornando-os de fácil acesso, baixo preço, abundantes e universais (DAHL, 2013; GIDDENS, 2010; CASTELLS, 1999).

No último quartel do século XX, duas alterações vinculadas às tecnologias de informação e de comunicação (TIC) - a convergência midiática e a quebra do monopólio da informação pela grande imprensa – foram decisivas para a elevação da conscientização dos cidadãos em níveis históricos (GIDDENS, 2010; CASTELLS, 1999). Isso porque, pessoas comuns passaram a desfrutar do mesmo ambiente informacional de líderes políticos e autoridades. Nesse contexto, ocorreu um aprofundamento do divórcio entre cidadãos e seus representantes, que enfraqueceu o poder das instituições de representação nos regimes democráticos e levou a uma crescente insatisfação com formas autoritárias ou verticalizadas de governo (GIDDENS, 2010; CASTELLS, 2009).

Nesse período, inicialmente a televisão teve papel preponderante no processo de espalhamento dos regimes democráticos e na alteração das relações de representação política, bem como na definição do voto em eleições (TOWNER, 2013; GIDDENS, 2010; MANIN, 2013;1995). Para Bernard Manin (2013;1995), a TV promoveu a transição de uma “democracia de partidos” para uma “democracia da audiência”, ao mediar a relação entre candidatos e eleitores sem passar pelas agremiações. No entanto, desde a primeira

década deste século, as plataformas digitais de mídias sociais<sup>11</sup> (WhatsApp, Facebook, Instagram, YouTube, Twitter, etc.) vêm sendo usadas, com êxito, para informar, conectar, engajar e mobilizar eleitores, durante campanhas eleitorais (BAUMGARTNER; TOWNER, 2017; GOMES; FERNANDES; REIS; SILVA, 2013), provocando variadas reações.

De um lado, críticos assinalam o caráter privatista e individualista da participação digital (BARBER, 2006), sob alegação de que reduzem as discussões aos ambientes de *like-minded* (afins, tradução nossa) e incutem a falsa impressão de que o mundo pode ser transformado pelo clique de um *mouse* (MOROSOV, 2009). Mais recentemente, a partir das eleições americanas de 2016, o uso político das plataformas digitais de mídias sociais, propriedade das chamadas *big techs*<sup>12</sup>, é apontado como antidemocrático, ao permitir a propagação de *fake news*, campanhas de ódio, campanhas difamatórias e ataques com perfis falsos. Além disso, a utilização dessas ferramentas estaria aprofundando os níveis de polarização política por meio de algoritmos que modulam o debate público, controlando a formação das preferências e opiniões. Tais mecanismos induziriam a mudanças súbitas e imprevisíveis na definição de votos em eleições (CESARINO, 2022; PERSILY; TUCKER, 2020; DA EMPOLI, 2019; SILVEIRA, 2019; MOROSOV, 2018; SUSTEIN, 2017).

Por outro lado, essas mesmas ferramentas são vistas como instrumentos que viabilizam formas de participação não hierarquizadas e de baixo custo, com potencial para romper um ciclo histórico de exclusão de mulheres, indivíduos de baixa renda, menos escolarizados e politicamente pouco influentes do processo participativo (BAUMGARTNER; TOWNER, 2017; SCHLOZMAN; VERBA; BRADY, 2012). Argumenta-se, ainda, em favor do uso político das plataformas digitais de mídias sociais, a facilidade de recrutamento de indivíduos sem nenhum contato anterior, ajudando a

---

<sup>11</sup>Segundo Boyd e Elisson (2008) plataformas digitais de mídias sociais são "serviços baseados na *web* que permitem aos indivíduos: 1) construir um perfil público ou semipúblico dentro de um sistema limitado; 2) articular uma lista de outros usuários com quem eles compartilham uma conexão e podem ver e cruzar a sua lista de conexões com aquelas feitas por outras pessoas dentro do sistema". A natureza e nomenclatura dessas conexões podem variar de local para local.

<sup>12</sup> *Big Techs* é a denominação dada às grandes empresas de tecnologia como *Google, Facebook, Twitter*, etc. (MOROSOV, 2018).

manter e a aumentar os laços fracos<sup>13</sup>, que potencializam grandes mobilizações (BIMBER; STOHL; FLANAGIN, 2009; GIDDENS, 2009; CASTELLS, 2012, 2009; ELLISON; STEINFELD; LAMPE, 2007).

Este é um estudo exploratório que investiga a relação entre consumo de mídias e participação eleitoral *online* e *offline* pelos eleitores de Salvador, nas eleições presidenciais brasileiras de 2014 e 2018. Além desta apresentação, este artigo é composto por cinco seções. A seção seguinte aborda o conceito de participação política utilizado nesta investigação, com base na literatura teórica e empírica a respeito do tema. A terceira seção traz uma visão geral do universo de análise do estudo, as eleições presidenciais brasileiras de 2014 e 2018. Na quarta seção estão os procedimentos metodológicos adotados nos dois *surveys*. Encontra-se também nesta seção o processo de recodificação das questões 26 e 27 do questionário de campo, com a criação de uma nova questão para possibilitar a investigação da relação consumo de mídias-participação eleitoral, objeto deste estudo, e as análises estatísticas para responder à nossa hipótese de pesquisa. Na quinta seção estão os resultados e as análises. A sexta e última seção traz as conclusões do estudo.

## O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Este estudo adota o conceito de participação política de Teorell (2006), isto é, primeiramente, vincula-o ao modelo normativo de democracia, no caso específico, o modelo representativo, predominante no mundo Ocidental, num contexto de declínio da participação convencional e da emergência de repertórios de ação direta (NORRIS, 2007; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; TEORELL, 2006). Nesse sentido, considera a participação como a tentativa de cidadãos comuns de influenciarem qualquer resultado político que implique na distribuição de valores para a sociedade (TEORELL, 2006). Além disso, define como alvos da participação instâncias diversas de poder, governamentais ou não (NORRIS, 2007). Por fim, este estudo se detém, particularmente,

---

<sup>13</sup>Laços fracos são relações sociais mais fluidas, voluntárias, que se traduzem na capacidade de relacionamento com aqueles que são socialmente distantes do próprio mundo social e possibilitam inovação e transformação (GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. American Journal of Sociology, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May, 1973).

na participação político-eleitoral (tentativa de influenciar o voto de alguém, engajamento em campanha, doação de fundos, etc.).

## **MÍDIA E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2014 e 2018**

Nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, a campanha do candidato da extrema-direita à presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL) (NICOLAU, 2020), que venceu as eleições, estabeleceu um novo patamar de uso de tecnologias digitais na comunicação político-eleitoral no país (SANTANA, 2020). Assessorada pelo ex-estrategista de Donald Trump, Steve Bannon, e comandada pelo filho mais novo do candidato, Carlos Bolsonaro, a campanha digital do então pesselista foi acusada de espalhar *fake news* e incentivar o ódio contra adversários. Seu alvo principal foi o candidato Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), segundo colocado nas pesquisas, que sofreu intensa campanha difamatória, particularmente por meio do WhatsApp (CAMPOS MELLO, 2020; NICOLAU, 2020; SANTANA, 2020). Repetiu-se, assim, com o apoio de Bannon, estratégia inaugurada pela extrema-direita internacional nas eleições americanas de 2016 (DA EMPOLI, 2019; MOROSOV, 2018).

O imbróglio acabou judicializado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), depois que a jornalista Patrícia Campos Mello, da Folha de São Paulo, denunciou a participação de empresários bolsonaristas na contratação de empresas para disparo massivo de mensagens pelo WhatsApp, às vésperas do primeiro turno<sup>14</sup>. A iniciativa teria contribuído para a formação de preferências e alterado o comportamento dos eleitores em favor de Bolsonaro e das candidaturas majoritárias e proporcionais simpatizantes do bolsonarismo. Esta foi, por exemplo, a justificativa do diretor do DataFolha, Mauro Paulino, para os erros nas previsões das pesquisas eleitorais nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro

---

<sup>14</sup> MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo Whatsapp. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 25 dez. 2022.



e Brasília<sup>15</sup>, embora aquela não tenha sido a primeira eleição brasileira em que as pesquisas de opinião falharam<sup>16</sup>.

Assim, nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, a televisão, que desde os anos 70 havia provocado uma revolução na forma de comunicação entre candidatos e eleitores, ao mediar a relação entre eles sem recorrer aos partidos (MANIN, 2013;1995; BIMBER, 2003), passou a dividir espaço com as ferramentas da internet na tarefa de informar e mobilizar a opinião pública (NICOLAU, 2020; SANTANA, 2020). Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito presidente com poucos segundos de TV por dia, no Horário Político Eleitoral Gratuito (HPEG)<sup>17</sup>, embora tenha permanecido em destaque na mídia, após episódio em que sofreu um atentado na cidade mineira de Juiz de Fora, sob condições não muito bem explicadas até hoje.<sup>18</sup>

Cenário bem diferente daquele registrado nas eleições presidenciais de 2014, quando a TV foi, grosso modo, decisiva para a ida de Aécio Neves (PSDB) ao segundo turno, depois de uma virada sobre Marina Silva (PSB-Rede). A socialista dispunha, então, diariamente, de apenas dois minutos e três segundos de tempo no horário eleitoral gratuito de televisão, enquanto o pessedebista contou com quatro minutos e trinta e cinco segundos, embora o êxito dele também tenha sido atribuído ao uso do WhatsApp (SANTANA, 2020; 2019).

Juntamente com os meios de comunicação tradicionais (TV, rádio, jornais), as plataformas digitais de mídias sociais foram fonte de notícias e informação política sobre eleições, nas eleições presidenciais de 2018, em patamares muito superiores àqueles registrados quatro anos antes, nas eleições presidenciais de 2014 (SANTANA, 2020). Em Salvador, por exemplo, quarta capital do país, dos 86% de eleitores com acesso à Internet

---

<sup>15</sup> PESQUISAS evidenciaram impulsão de mensagens, diz diretor do Datafolha. Carta Capital, São Paulo, 18 out.2018. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/pesquisas-evidenciaram-impulsao-de-mensagens-diz-diretor-do-datafolha/> > Acesso em 25/12/2022.

<sup>16</sup>SPAGNUOLO, Sérgio. No primeiro turno, Datafolha errou mais da metade das previsões para cargos executivos. Yahoo Notícias, São Paulo. 8 de out. 2014. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/datafolha-erra-mais-que-ibope-em-pesquisas-no-1%C2%BA-turno-234630119.html> > Acesso em: 25 dez. 2022.

<sup>17</sup>O PESO DA PROPAGANDA no rádio e na TV nas eleições municipais. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 out. 2020. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2020/10/o-peso-da-propaganda-no-radio-e-na-tv-nas-eleicoes-municipais-ouca-podcast.shtml> > Acesso em: 25/12/2022.

<sup>18</sup> CARVALHO, Joaquim de. Facada ou Faqueada? YouTube, 17 Jul. 2021. Disponível em : <<https://www.youtube.com/watch?v=a5cxKgpH9kg>> Acesso em: 25/12/2022.

que votaram em um dos dois turnos da eleição, cujo percentual de abstenção foi de 13,5%, segundo o TSE<sup>19</sup>, apenas 1,4% não era usuário de plataformas digitais de mídias sociais. Entre os usuários, 49,6% declararam obter informações sobre política e eleições nas plataformas digitais de mídias sociais e 18,4% em portais e websites (SANTANA, 2020; 2019).

Este cenário reflete o uso crescente dessas ferramentas como fonte de informação, de maneira geral, fenômeno documentado pelo Instituto Reuters e pela Universidade de Oxford por meio de pesquisas realizadas desde 2013 em todo o mundo. No Brasil, particularmente, o *Digital News Report 2022* indica que as plataformas digitais de mídias sociais superaram a TV como fonte de notícias. Em torno de 83% dos brasileiros (oito em cada dez pessoas) consomem notícias por meios *online*. Entre estes, 64% (seis em cada dez) somente nas plataformas digitais de mídias sociais contra 55% (cinco em cada dez) que o fazem por TV. Apenas 12% leem jornais impressos.

Essas transformações têm implicações diretas na participação (BRUNDIDGE; RICE, 2008). O consumo de notícias que era considerado uma forma passiva de participação política, para alguns estudiosos (CONWAY, 2000), deixa de sê-lo em tempos de interatividade, multimídia e hipertextualidade midiática (GIBSON; CANTIJOH, 2013; MIELNICZUCK, 2003). Nesse contexto, também o rádio perde espaço, como comprovam as duas pesquisas de campo domiciliares que fundamentam este estudo com vasto e detalhado material empírico.

Assim, este estudo quer saber em que medida as alterações processadas no consumo de mídias, entre as eleições presidenciais brasileiras de 2014 e 2018, estão relacionadas com a participação do eleitorado soteropolitano. Considerando ainda as características interativas das mídias digitais, busca-se investigar se existe uma correlação entre seu uso para consumir informação política e o nível de participação eleitoral.

---

<sup>19</sup> Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Resultado das Eleições/Eleições 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes>> Acesso em 25/12/2022.

## PESQUISA E MÉTODO

Este é um estudo exploratório que investiga a relação entre consumo de mídias e participação político-eleitoral, nas eleições presidenciais brasileiras de 2014 e 2018. Trata-se de um desenho de pesquisa quali-quantitativo, cujos dados foram obtidos por meio de duas pesquisas de *survey* domiciliares<sup>20</sup>, antecedidas de entrevistas em profundidade, para elaboração de questionários, e realizadas com eleitores de todas as regiões administrativas de Salvador (BA), nos referidos períodos eleitorais. A amostragem foi calculada por cotas estratificadas segundo sexo, idade e escolaridade e distribuição proporcional à população da capital, com base no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU), respectivamente, leis municipais 7.400/2008 e 9069/2016, e nas “Estatísticas do Eleitorado Brasileiro”, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O primeiro *survey* foi aplicado entre 10-15 de janeiro de 2015, dois meses após o segundo turno das eleições presidenciais de 2014, com 280 eleitores que votaram em um dos dois turnos da eleição presidencial. A margem de erro é de seis pontos para mais ou para menos, com um intervalo de confiança de 95,5%, representando as chances de os resultados reproduzirem a realidade. No segundo *survey*, foram entrevistados 625 eleitores que votaram em um dos dois turnos das eleições presidenciais de 2018, duas semanas após o segundo turno, entre 13-23 de novembro daquele ano. Possui margem de erro de 3,9 pontos para mais ou para menos e o mesmo intervalo de confiança da pesquisa de 2014 (95,5%).

Para realização deste estudo, utilizou-se uma questão criada a partir da recodificação das questões 26 e 27 do questionário de campo (SANTANA, 2019)<sup>21</sup>. Estas questões contêm as medidas empíricas de participação do *cluster Campaign Work* e suas contrapartes *online*, adaptadas, respectivamente, do *Youth & Participatory Politics*

---

<sup>20</sup> As pesquisas foram aplicadas pela P&A- Pesquisa e Análise, empresa de Salvador com mais de 30 anos de experiência em pesquisas de opinião pública.

<sup>21</sup> Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral. SANTANA, Rosane Soares. Participação online e offline nas eleições presidenciais brasileiras de 2018: relação entre repertórios digitais de baixo impacto e engajamento em campanha. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28., 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos [...]. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019. p. 1-28. Disponível em:

< <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5897> > Acesso em: 25/12/2022.

*Survey Project* (COHEN et al. 2012) e *American National Elections Studies* (Anes), seguindo procedimento adotado por Towner (2013). Assim, agrupou-se os entrevistados em quatro categorias: 1) Participou de campanha *offline*; 2) Participou de campanha *online*; 3) Participou de campanha *offline* e *online*; 4) Não participou de campanha. Em seguida, por meio da plataforma SPSS, procedeu-se a uma tabulação cruzada entre cada um desses grupos de participação, Q.38 e Q.46 dos questionários de campo 2014 e 2018, respectivamente, e as variáveis relacionadas ao consumo de mídias (TV, Internet, Rádio, etc.), Q.4, nos dois questionários.

Numa segunda etapa, utilizou-se correlação linear e estatística descritiva para verificar o tipo de associação entre consumo de mídia e participação eleitoral *online* e *offline*. A nossa hipótese é que existe uma relação entre os meios que o eleitor utiliza para se informar sobre política e o tipo de participação. Para investigar este fenômeno, primeiramente foram criados dois grupos com base nas respostas obtidas na Q.4 em 2014 e 2018 (“Por que meios você se informou sobre política e eleições?”). O grupo de mídias *offline* (‘Lendo notícias em um jornal impresso’, ‘Ouvindo notícias no rádio’, ‘Assistindo ao noticiário de TV’, ‘Por meio de amigos/parentes/colegas de trabalho’) e o de mídias *online* (‘Obtendo notícias nas redes sociais’ e ‘Obtendo notícias em websites/portais da internet’).

Em seguida, categorizou-se dicotomicamente os dois grupos, sendo atribuído o valor 1 para mídias *online* e 0 para mídias *offline*. Depois, calculou-se para cada respondente a recorrência de 0 e 1. Assim, foi possível separar os respondentes em três grupos: apenas mídias *online*, mídias *online* e *offline* e apenas mídias *offline*. Na sequência, para responder à nossa hipótese executou-se modelos de correlação linear entre as variáveis do tipo de mídia e do tipo de participação. Nessa etapa, utilizou-se as perguntas do questionário relacionadas à participação *online* e *offline*<sup>22</sup>, seguindo o mesmo procedimento referente à categorização do tipo de mídia. Neste estudo comparou-se apenas os grupos *on* e *off* nos dois casos (mídia e participação). Esses grupos foram

---

<sup>22</sup> Questões 22 e 22.1 do questionário de 2014 e 26 e 27 do questionário de 2018. Do mesmo modo, as respostas foram categorizadas e, em seguida, foi calculado o número de ocorrências das atividades de participação *on* e *offline*.

codificados como 1 (*on*) e 0 (*off*). A seguir, estão os resultados e as análises da investigação para responder à nossa hipótese de trabalho.

## RESULTADOS E ANÁLISES

A Tabela 1 mostra os resultados da tabulação cruzada entre as variáveis de consumo de mídias (Q.4) e tipos de participação político-eleitoral no *cluster campaign work* (trabalho de campanha) e suas contrapartes *online*, como adotado por Towner (2013), (Q.38 e Q.46). Note-se que na Questão 4 do questionário de campo, “Por que meios você se informou sobre política e eleições”, em 2014 a categoria “Internet” englobou portais, websites e redes sociais. Em 2018 desmembrou-se essa categoria em duas outras: “Obtendo notícias em redes sociais” e “Obtendo notícias em sites/portais”. Além disso, o questionário de 2018 não apresentou a categoria “Revistas”, o que não permite uma comparação com 2014.

O grupo *offline* (Tabela 1) é o que mais consumiu informação política por TV em 2014 (98,5%). Nota-se que, em 2018, o consumo de televisão nesse grupo registrou queda expressiva (12,9%), bem acima da margem de erro das pesquisas. Já o consumo de internet saltou 5,3%, no mesmo período, de 30,8% para 36,1%, dos quais 25,8% em plataformas digitais de mídias sociais e 10,3% em sites/portais. Esse grupo também registrou queda expressiva no consumo de informação por amigos/parentes/colegas de trabalho, de 56,9% para 21,6%; por rádio, de 41,5% para 19,6%; e por jornal impresso, de 24,6% para 15,5%.

O grupo *online* (Tabela 1) registrou a menor queda no consumo de TV, entre 2014 e 2018, de 92,3% para 87,7%. O fenômeno pode ser indício de que os eleitores conectados estão acessando os canais de TV pela internet. O padrão de consumo de mídias *online* do grupo se manteve alto: 92,3%, em 2014, e, em 2018, 71,9% em plataformas digitais de mídias sociais e 24,6% em sites/portais. Já a categoria amigos/parentes/colegas de trabalho registrou queda como meio de informação política, no mesmo período, de 30,8% para 21,1%. O consumo de informação pelo rádio apresentou ligeira elevação, dentro da margem de erro, de 23,1% para 26,3%, que pode ser atribuída ao fenômeno da migração das rádios para a internet (AGUIAR, 2019). Em relação ao consumo de jornal impresso, este grupo registrou queda no período, de 38,5% para 24,6%.

O grupo de participação *online* e *offline* (Tabela 1) apresentou uma queda no consumo de TV de quase 10% entre 2014 e 2018, de 90% para 80,2%, respectivamente. No entanto, manteve o alto padrão de consumo de internet: em 2014, 93,3% dos eleitores desse grupo consumiram informação política por *websites*, portais e mídias sociais; em 2018, 76,5% o fizeram em plataformas digitais de mídias sociais e 31,3% em sites e portais. Houve também queda na categoria amigos/parentes/colegas de trabalho, como fonte de informação política, de 36,7% para 28,1%; queda excessiva no consumo de rádio, de 36,7% para 20,7%, e de jornal impresso, nos mesmos percentuais.

Os inativos (Tabela 1), ou seja, os que não apresentaram qualquer tipo de participação apresentaram também queda expressiva no consumo de TV entre 2014 e 2018, de 97,7% para 81,1%, seguindo a tendência dos demais grupos. Nesse sentido, também registraram aumento no consumo de internet, de 35,5% (*websites*, portais, redes sociais), em 2014, para 39,8%, em 2018, representando, respectivamente, 30,7% (redes sociais) e 9,1% (sites/ portais). O rádio registrou queda de 29,7% para 13,4% , como fonte de informação no grupo, e o jornal impresso, de 36% para 13,8%, seguindo tendência dos demais (Tabela 1).

Tabela 1– Consumo de mídias por tipo de participação político-eleitoral 2014 e 2018 (Resposta Múltipla)

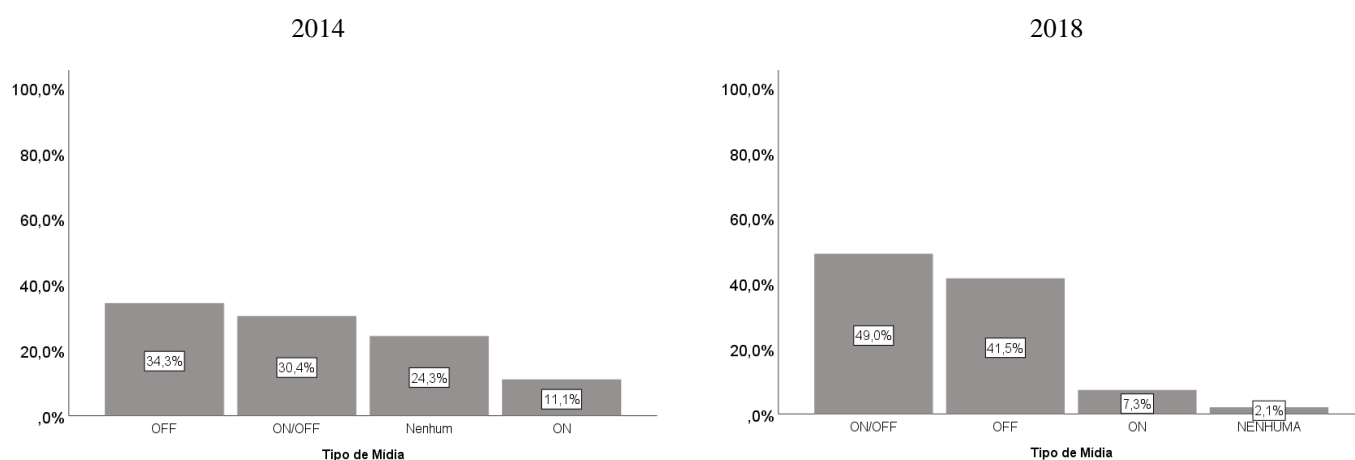
2014					
Base 280 eleitores					
Canais de informação política	Offline (%)	Online (%)	On-off (%)	Nenhuma (%)	Total (%)
Televisão	98,5	92,3	90,0	97,7	96,7
Internet ( <i>websites</i> , portais, redes sociais)	30,8	92,3	93,3	35,5	49,6
Amigos/parentes/colegas de trabalho*	56,9	30,8	36,7	20,9	31,4
Rádio	41,5	23,1	36,7	29,7	32,8
Jornal impresso	24,6	38,5	53,3	36,0	35,3
Revistas	7,7	-	33,3	12,2	12,8
Nenhum	-	-	-	-	-
2018					
Base 625 eleitores					

Assistindo ao noticiário de TV	85,6	87,7	80,2	81,1	82,1
Obtendo notícias nas redes sociais	25,8	71,9	76,5	30,7	49,6
Amigos/parentes/colegas de trabalho	21,6	21,1	28,1	17,3	22,1
Obtendo notícias em sites/ portais	10,3	24,6	31,3	9,1	18,4
Ouvindo notícias no rádio	19,6	26,3	20,7	13,4	18,1
Lendo jornal impresso	15,5	24,6	20,7	13,8	17,4
Nenhum	-	-	-	4,7	1,9

Fonte: *Surveys* da autora

Como se pode observar nos Gráficos 1 e 2, houve uma mudança no tipo de mídia consumida pelos respondentes. Em 2014, três em cada dez eleitores consumiam apenas mídias *offline* (rádio, TV, jornal, revista ou informações obtidas com amigos e familiares). Além disso, ¼ deles informaram não acessar qualquer tipo de mídia. Em 2018, quase metade dos eleitores entrevistados consumiam tanto mídias *offline* como *online* (49,0%), enquanto que 41,5% deles consumiram apenas mídias *offline*. Os respondentes que consumiram apenas mídias *online* totalizaram 11,1%, em 2014, e 7,3%, em 2018. Vale lembrar que a Questão 4 do questionário de campo apresenta pequenas diferenças entre os dois anos, anteriormente assinaladas.

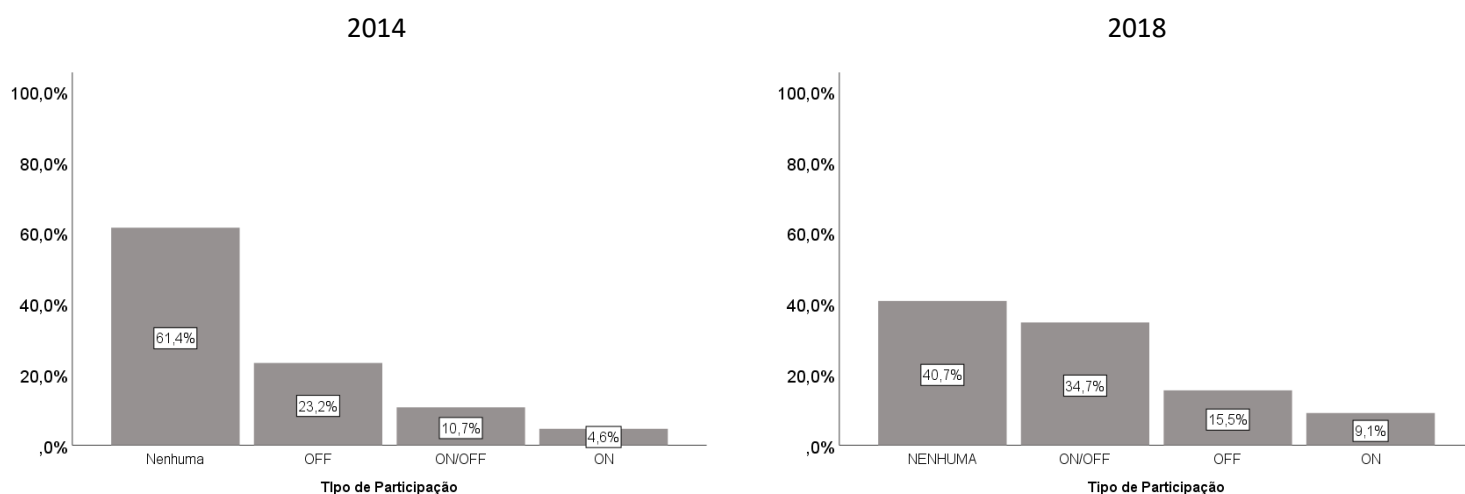
Gráficos 1 e 2 – Respondentes por tipo de mídia consumida



Fonte: *Surveys* da autora 2014 e 2018

Por outro lado, quando se observa o tipo de participação nas duas eleições (Gráficos 3 e 4), percebe-se que a maioria dos cidadãos soteropolitanos não declararam nenhum tipo de participação política em 2014 (61,4%)<sup>23</sup>, enquanto que 40,7% não participaram em 2018. Em relação ao tipo de participação, pode-se, em comparação com 2018, classificar o resultado de 2014 como uma eleição ‘menos conectada’ entre os eleitores de Salvador. Do total de respondentes em 2014, 23,2% deles afirmaram ter participado de forma *offline*, 10,2% de forma *on-off* e apenas 4,6% *online*. Em 2018, observou-se que 34,7% participaram de forma *online* e *offline*, enquanto que 15,5% participaram *offline*. Em 2018, quase um em cada dez respondentes afirmaram participar de forma *online*.

Gráficos 3 e 4 – Respondentes por tipo de participação



Fonte: *Surveys* da autora 2014 e 2018

Já os resultados das tabelas 2 e 3, a seguir, mostram que existe uma associação média entre o tipo de mídia consumida e o tipo de participação política entre os eleitores de Salvador, nas eleições presidenciais de 2014 e 2018. Em 2014, o *r* foi 0,464 e, em 2018, o coeficiente foi 0,336. Ou seja, quanto maior o consumo de mídias *online*, maior

<sup>23</sup> Ressalte-se que em 2014, 34,6% dos eleitores de Salvador que participaram das eleições presidenciais não tinham acesso à Internet. Em 2018 este número caiu para 14%, de acordo com dados das pesquisas de campo.



a participação *online* e menor participação *offline*. Do mesmo modo, quanto maior o consumo de mídias *offline* maior a participação *offline*.

Tabela 2 – Relação entre tipo de mídia e tipo de participação política em 2014

		Participação Política ( <i>on/off</i> )	Consumo mídia ( <i>on/off</i> )
Participação Política ( <i>on/off</i> )	Correlação de Pearson	1	0,464**
	Sig. (2 extremidades)		0,002
	N	78	43

Tabela 3 – Relação entre tipo de mídia e tipo de participação política em 2018

		Participação Política ( <i>on/off</i> )	Consumo mídia ( <i>on/off</i> )
Participação Política ( <i>on/off</i> )	Correlação de Pearson	1	0,336**
	Sig. (2 extremidades)		0,001
	N	154	87

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta investigação confirmam estudos clássicos de participação que indicam uma associação entre consumo de mídias e participação política (CHAFFEE; KANIHAN, 2010; DIXSON, 2006; MCLEOD; SCHEUFELE; MOY, 1999). Isto é, o consumo de mídias pode levar à participação política, além de essa atividade ser considerada, por si só, um tipo de participação passiva (CONWAY, 2000), ou ativa na forma digital (GIBSON; CANTIJOH, 2013) e ainda de baixo impacto (OWEN, 2016). No caso específico deste estudo, as investigações demonstraram que quanto maior foi o consumo de informação política em mídias *online*, maior foi a participação *online* e menor a participação *offline* dos eleitores de Salvador, nas eleições presidenciais de 2014 e 2018. Do mesmo modo, o maior consumo de mídias *offline* levou a uma maior participação *offline*.

Aparentemente, este resultado poderia sugerir a formação de bolhas, ou seja, aqueles eleitores que só consomem mídias digitais só acionariam repertórios de participação digital. Da mesma forma, os que só consomem mídias *offline* só

participariam presencialmente. No entanto, nota-se uma mudança no padrão de consumo de mídias do eleitorado soteropolitano de 2014 para 2018. Em 2014, três em cada dez eleitores consumiam apenas mídias *offline* (rádio, TV, jornal, revista ou informações obtidas com amigos e familiares). Além disso, ¼ deles informaram não acessar qualquer tipo de mídia. Em 2018, quase metade dos eleitores entrevistados consumiram tanto mídias *offline* como *online* (49,0%), tendência verificada entre os eleitores de participação dual, enquanto 41,5% dos respondentes consumiram apenas mídias *offline*. Os eleitores desta amostra que consumiram apenas mídias *online* totalizaram 11,1%, em 2014, e 7,3%, em 2018.

Dessa forma, o desempenho do grupo de participação dual (*online e offline*), o mais ativo entre todos os grupos enfocados, poderia ser explicado, também, pelo alto consumo de mídias tanto digitais como *offline*, entre outras variáveis que ficaram de fora deste estudo como interesse político. Os grupos de participação *online* e de participação dual (*on-off*) registraram uma pequena diferença no consumo de internet e de TV, as duas mídias mais importantes nos dois períodos eleitorais, 2014 e 2018, com uma tendência do segundo a consumir mais mídias digitais.

À primeira vista, é difícil perceber a influência da internet ou da TV na participação eleitoral dos grupos *online* e dual, uma vez que o consumo dessas mídias nos dois segmentos é similar. Todavia, o grupo de participação dual, que é o mais ativo, uma vez que lança mão de repertórios participativos presenciais e digitais, apresentou maior consumo de informação política nas plataformas digitais de mídias sociais, nas eleições presidenciais brasileiras de 2018. O uso dessas ferramentas é um preditor de participação *online* e *offline* em campanhas eleitorais, como comprovaram outros estudos (BIMBER; COPELAND 2013; SANTANA, 2020; 2017; TOWNER, 2013). Assim, pode-se inferir, também, que o consumo de informação política nas plataformas digitais de mídias sociais pode ter influenciado positivamente nos níveis de participação dos eleitores soteropolitanos, nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, a exemplo do que ocorrera em 2014 (SANTANA, 2020; 2017).

Embora o consumo de internet do grupo *offline* tenha sofrido elevação no intervalo de duas eleições (de 30,8% para 36,1%), este incremento representou apenas cerca de um terço do consumo de mídias digitais dos grupos *online* e dual. O grupo de inativos

registrou um aumento no consumo de internet de uma eleição para outra, dentro da margem de erro, em torno de 4% acima do grupo *offline* (de 35,5% para 39,8%). Este grupo possui padrões de consumo de mídias em geral semelhante aos do grupo *offline*, mas somente o cruzamento deste dado com outras variáveis obtidas nos *surveys*, a exemplo do interesse por política, poderá explicar sua inatividade.

É preciso ressaltar ainda uma mudança acentuada no perfil de escolaridade do eleitorado soteropolitano, de 2014 para 2018 (SANTANA, 2020), que pode explicar o maior consumo de mídias tanto offline como online, nas eleições presidenciais brasileiras de 2018. Em 2014, cerca de dez por cento dos eleitores de Salvador possuíam ensino superior. Em 2018, este número saltou para 24,3%, quase duas vezes e meia a mais, portanto fora da margem de erro das pesquisas. Por sua vez, o número de eleitores com ensino médio subiu de 46,1% para 49,3% (dentro da margem de erro das pesquisas) e o número dos que possuíam ensino fundamental caiu de 43,9% para 26,4%, também fora da margem de erro (SANTANA, 2020).

Cabe ressaltar, no entanto, que este estudo representa um esforço inicial, exploratório, sendo necessárias análises mais robustas para identificar uma possível relação de causalidade entre as variáveis aqui investigadas. Além disso, uma análise conclusiva requer períodos de investigação mais longos, extensivos a eleições vindouras.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Valter. **O rádio Internacional: das ondas curtas à Internet**. Santos: Editora Unisantos, 2019.

BARBER, Benjamin. How Democratic are the New Telecommunication Technologies? **Revista dos Los Estudios de Derecho y Ciencia Política de La UOC**, n. 3, 2006. Disponível em: < <<https://www.redalyc.org/pdf/788/78800307.pdf>>. Acesso em: 25/12/2022.

BAUMGARTNER, Jody C.; TOWNER, Terri. **The Internet and The 2016 Presidential Campaign**. New York: Lexington Books, 2017.

BIMBER, Bruce; COPELAND, Lauren. Digital Media e Tradicional Political Participation Over Time in the U.S. **Journal of Information Technology & Politic**, v. 10, n. 2, p. 125-137, Feb. 2013.

BIMBER, Bruce; STOHL, Cynthia; FLANAGIN, Andrew J. Technological change and the shifting nature of Political Organization. In: CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip N. (Orgs). **Routledge Handbook of Internet Politic**. London: Routledge, 2009.

BOYD, Danah M.; ELISSON, Nicole. Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. **Journal of Computer Mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 210-230, Oct. 2008.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación Y Poder**. Madri: Alianza Editorial, 2009.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 1)

CESARINO, Letícia. **O Mundo do Averso: verdade e política na Era Digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CHAFFEE, Steven H.; KANIHAN, Stacey Frank. Learning about Politic from the Mass Media. **Political Communication**, v. 14, n. 4, p. 421-430, June, 2010.

CONWAY, Margaret M. **Political Participation in the United States**. Washington D.C.: CQPRESS, 2000.

DAHL, Robert. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DAHLGREN, Peter. **Media and Political Engagement: Citizens, Communication and Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DIXSON, Mary. A Review of “Civic Literacy: How Informed Citizens Make Democracy Work.” **Political Communication**, v. 22, n. 2, p. 245-247, Aug. 2005.

ELLISON, Nicole B.; STEINFELD, Charles; LAMPE, Cliff. The benefits of Facebook ‘friends’: Social capital and college students’ use of online social network sites. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 12, n. 4, p. 1143-1168, July, 2007.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os Engenheiros do Caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

MCLEOD, Jack M.; SCHEUFELE, Dietran A.; MOY, Patrícia. Community, Communication, and Participation: The Role of Mass Media and Interpersonal Discussion in Local Political Participation. **Political Communication**, v. 16, n. 3, p. 315-336, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Sociology**. Chichester: Polity Press, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolo**: o que a globalização está fazendo de nós. São Paulo: Record, 2010.

GOMES, Wilson; FERNANDES, Breno; REIS, Lucas; SILVA, Tarcizio. "Politics 2.0": la campagne on line de Barack Obama en 2008. In: MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camilo de Oliveira. **Do clique à urna**: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EdUFBA, 2013.

GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May, 1973.

MCLEOD, Jack M.; SCHEUFELE, Dietran A.; MOY, Patrícia. Community, Communication, and Participation: The Role of Mass Media and Interpersonal Discussion in Local Political Participation. *Political Communication*, v. 16, n. 3, p. 315-336, 1999.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. **Novos Estudos**, CEBRAP 97, p. 115–127, nov. 2013.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 5-34, 1995.

MOROSOV, Evgeny. The brave new world of slacktivism. *Foreign Policy*, v. 19, 2009. Disponível em: < <https://foreignpolicy.com/2009/05/19/the-brave-new-world-of-slacktivism/> >  
Acesso em 25/12/2022.

\_\_\_\_\_. **Big Tech**: A ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NORRIS, Pippa. Political Activism: New Challenges, New Opportunities. In: BOIX, Carles; STOKES, Susan C. (Org.). **The Oxford Handbook of Comparative Politic**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SANTANA, R.S. **Internet e Participação Eleitoral na Era das Mídias Sociais**. Porto Alegre: Simplíssimo, 2020.

----- . Participação nas eleições presidenciais de 2014: eleitores de Salvador usuários do Facebook e WhatsApp. *Comunicação & Sociedade*. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo**. *Comunicação & Sociedade* V. 41, n2, p 167-202, 2019.

\_\_\_\_\_. Participação política online e offline nas eleições presidenciais de 2014 em Salvador. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 40, n. 3, p. 189-207, 2017.

SCHLOZMAN, Key L.; VERBA, Sidney; BRADY, Henry E. **The Unheavenly Chorus: unequal Political voice and the broken promise of american democracy**. Princeton University Press, 2012.

SILVEIRA, Sérgio A. **Democracia e os códigos invisíveis**. São Paulo: Editora Sesc, 2019.

SUSTEIN, Cass R. **#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media**. Princeton University Press, 2018.

TEORELL, Jan. Political participation and three theories of democracy: a research inventory and agenda. **European Journal of Political Research**, Oxford, v. 45, n. 5, p. 787-810, 2006.

TEORELL, Jan; TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. Political Participation: mapping the terrain. In: VAN DETH, José R. Montero; WESTHOLM, Anders (Ed.). **Citizenship and involvement in European democracies: a comparative analysis**. London: Routledge, 2007. p. 334-357.

TOWNER, Terri. All Political Participation Is Socially Networked?: New Media and the 2012 Elections. **Social Science Computer Review**, v. 31, n. 5, p. 527-541, June, 2013.

VISSERS, Sara; STOLLE, Dietlind. The Internet and new modes of Political participation: online versus offline participation. Montreal: **Centre for the Study of Democratic Citizenship, Department of Political Science**: McGill University, 2013.

ZÚÑIGA, Homero Gil; MOLYNEUX, Logan; ZHENG, Pei. Social Media, Political Expression, and Political Participation: Panel Analysis of Lagged and Concurrent Relationships. **Journal of Communication**, v. 64, n. 4, p. 612-634, Aug. 2014

## **O ANTIRRACISMO COMO PRÁTICA DECOLONIAL EMANCIPATÓRIA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO**

**RENAN MOTA SILVA<sup>24</sup>**

**TATIANE DA ROSA VASCONCELOS<sup>25</sup>**

**ELENSON GLEISON DE SOUZA MEDEIROS<sup>26</sup>**

**ANNE PRAGANA<sup>27</sup>**

**BRUNO CARDOSO DE MENEZES BAHIA<sup>28</sup>**

**PEDRO ROBERTO GONÇALVES MARCELINO<sup>29</sup>**

### **RESUMO:**

Este artigo, formatado como ensaio teórico, discute as questões no âmbito da educação, práticas antirracistas, branquitude e decolonialidade. O objetivo é refletir acerca das questões que envolvem o racismo e a branquitude a partir dos currículos e bibliografias nas instituições de ensino, a fim da necessidade de ampliar as discussões e conscientização social da população sobre o tema. A metodologia utilizada neste artigo consiste em uma abordagem qualitativa. Desse modo, o ensaio traz o contexto e as características de uma escola que atende a Comunidade Quilombola do Abacatal. Destaca-se que o desenvolvimento do debate acerca de uma educação antirracista deve considerar a formação dos profissionais e as práticas pedagógicas, que ainda são pautadas pelo contexto histórico e social do colonialismo e do escravismo. Conclui-se que a partir de melhorias no currículo e bibliografias das instituições de ensino, é possível trazer um novo olhar para as ideologias que estruturam a sociedade no viés do racismo e da branquitude.

Palavras-chave: Branquitude; Comunidade Quilombola; Currículo; Educação; Racismo.

### **ABSTRACT:**

This article, formatted as a theoretical essay, discusses issues in the field of education, anti-racist practices, whiteness and decoloniality. The objective is to reflect on the issues that involve racism and whiteness from the curricula and bibliographies in educational institutions, in order to expand the discussions and social awareness of the population on the subject. The methodology used in this article consists of a qualitative approach. In this way, the essay brings the context and characteristics of a school that serves the Quilombola do Abacatal Community. It is noteworthy that the development of the debate about an anti-racist education must consider the training of professionals and pedagogical practices, which are still guided by the historical and social context of colonialism and slavery. It is concluded that from improvements in the curriculum and bibliographies of educational institutions, it is possible to bring a new look at the ideologies that structure society in the bias of racism and whiteness.

Keywords: Whiteness; Quilombola Community; Resume; Education; Racism.

### **RESUMEN:**

---

<sup>24</sup> Mestre em Educação. Doutorando em Psicologia. Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém. Pará. Brasil. renanmota16@hotmail.com

<sup>25</sup> Mestre em Psicologia. Doutoranda em Psicologia. Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém. Pará. Brasil. tatiane.psi@hotmail.com

<sup>26</sup> Mestre em Psicologia. Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém. Pará. Brasil. elenson\_21@hotmail.com

<sup>27</sup> Bacharel em Serviço Social. Prefeitura Municipal de Moju. Belém. Pará. Brasil. annepragana@hotmail.com

<sup>28</sup> Doutor em Educação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Seropédica. Rio de Janeiro. Brasil. brunobahia@ufrj.br

<sup>29</sup> Graduando em Bacharel em Educação Física. Universidade Estadual do Pará. Belém. Pará. Brasil. pedro.marcelino@aluno.uepa.br

Este artículo, en formato de ensayo teórico, aborda cuestiones en el campo de la educación, las prácticas antirracistas, la blanquitud y la decolonialidad. El objetivo es reflexionar sobre las cuestiones que envuelven el racismo y la blanquitud a partir de los currículos y bibliografías en las instituciones educativas, con el fin de ampliar las discusiones y la conciencia social de la población sobre el tema. La metodología utilizada en este artículo consiste en un enfoque cualitativo. De esta manera, el ensayo trae el contexto y las características de una escuela que atiende a la Comunidad Quilombola do Abacatal. Vale la pena señalar que el desarrollo del debate sobre una educación antirracista debe considerar la formación de profesionales y prácticas pedagógicas, que todavía están guiadas por el contexto histórico y social del colonialismo y la esclavitud. Se concluye que a partir de mejoras en el currículo y bibliografías de las instituciones educativas, es posible traer una nueva mirada a las ideologías que estructuran la sociedad en el sesgo del racismo y la blanquitud.

Palabras clave: Blancura; Comunidad Quilombola; Reanudar; Educación; Racismo.

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que a sociedade necessita da disseminação e idealização de saberes, além da internalização crítica de conceitos, crenças e culturas, já que, os sujeitos sociais constroem conhecimentos a partir de experiências e trocas de vivências e, dentre elas, têm importante destaque aquelas originadas nas vivências escolares da maioria dos cidadãos.

O ofício de professor e professora tem em sua história um longo caminho de reconhecimentos, porém, não há que se questionar o papel do mesmo na disseminação da educação e sua importância na formação de uma sociedade mais justa. Desta forma, pensar na formação da educadora e do educador e suas práxis pedagógicas, é considerar suas mais variadas funções que em muito tem a ver com o processo educacional e social dos sujeitos. Segundo Libâneo (2022), o ato de educar pode ser considerado como, “[...] fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizado ou não, sob várias modalidades”. Partindo destas reflexões, considera-se que a sociedade se constrói e reconstrói na disseminação da educação, em cujo cenário a professora e o professor desempenham papéis fundamentais.

No Brasil, podemos considerar que a formação do educador “institucionalizada” teve sua origem no período colonial com a Companhia de Jesus, que desenvolveu uma “ruptura educativa” com a desconstrução dos saberes dos povos originários, buscando promover uma “conversão” desses indígenas. Em relação à normatização da profissão docente Nóvoa (1991) compara o modelo do professor com o de um padre, visto que o processo de ensino consiste na substituição de um corpo de professores religiosos por um corpo de professores laicos, sem que, no entanto, tenha havido mudanças significativas nas motivações, nas normas e nos valores originais da profissão docente.

Certamente, o ato educar e de ensinar são indissociáveis. Assim, a escola como o local de construção de narrativas e conceituações, perpassa muitas vezes por conflitos, retomadas, recuos,



tensões, divergências e conquistas. Desta forma, as escolas como “representações sociais” são ambientes com a missão de transmitir conhecimentos e formar sujeitos com características e papéis ativos na manutenção das relações intersociais, desapropriando as formas engessadas impostas pela colonialidade do poder, saber e ser. Na visão de Gomes (2015):

Ainda quando se fala em África na escola e até mesmo no campo da pesquisa acadêmica, reporta-se mais ao escravismo e ao processo de escravidão. Somos ainda a geração adulta que, durante a infância, teve contato com a imagem do africano e seus descendentes no Brasil mediante as representações dos pintores Jean-Batiste Debret e Johann Moritz Rugendas sobre o Brasil do século XIX e seus costumes. Africanos escravizados recebendo castigos, crianças negras brincando aos pés dos senhores e senhoras, os instrumentos de tortura, o pelourinho, o navio negreiro, os escravos de ganho e algumas danças típicas são as imagens mais comuns que povoam a nossa mente e ajudam a forjar o imaginário sobre a nossa ancestralidade negra africana (p. 75).

Para Silva (2021), as instituições escolares, indubitavelmente, organização sobreposta na centralidade que ocupa na sociedade, é um espaço de progressão dos estudantes. Sabe-se que, as escolas brasileiras transportam consigo a herança do passado colonial, que deliberava uma cultura e uma aprendizagem superior de povos dominantes em relação aos povos tradicionais, mesmo que diversas formas distintas, não os reconheçam como culturados. Essa percepção, vai de encontro e corrobora com a denúncia do Patrono da Educação brasileira, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, quando relata ser a escola fracassada aquela que não conquista a compreensão do aluno, este sujeito sociocultural. Isto posto, Freire (2020) esclarece que todo o processo educativo deve partir da realidade do educando e somente nessa perspectiva, a criticidade, poder de transformação do outro, será efetivo e que, superar a opressão é um ofício político difícil, que requer dedicação e aprendizagens constantes.

Ao encontro disso, quando se trata das relações étnico-raciais há desafios no campo educacional, principalmente no currículo, pois as práticas conservadoras ainda detêm o modelo vigente e por isso há tanta demora em buscar compreensões mais críticas sobre questões complexas como racismo, discriminação racial, preconceito e seus desdobramentos na educação (BATISTA e FOSTER, 2018). Desse modo, depreende-se que a escola brasileira e as demais instituições de ensino necessitam urgentemente emergir num processo de descortino de situações de opressão diversas, que foram iniciadas por uma dominação de uma cultura sobre a outra, principalmente a do europeu sobre o nosso povo (SILVA, 2021).

Diante disso, a iniciativa de mergulhar na temática “Saúde Mental e Racismo: práticas inventivas no âmbito da Psicologia e da Psicanálise”, decorreu de vivências experienciadas durante

os encontros semanais ofertados no Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sobretudo, esse artigo tem como objetivo propor reflexões acerca das questões que envolvem o racismo e a branquitude a partir dos currículos e bibliografias nas instituições de ensino. Assim, tivemos a necessidade de pesquisar e refletir sobre a educação como um meio para a transformação dessa realidade social, para o enfrentamento do racismo velado, onde a Escola, além de outras instituições de ensino, é um dos caminhos para romper essa faceta colonial. Logo, escolheu-se a Comunidade Quilombola do Abacatal para compor as reflexões sobre o currículo e as bibliografias das instituições de ensino, bem como do racismo e da branquitude enquanto ideologias que estruturam a sociedade.

O racismo é um debate multidimensional que envolve aspectos culturais, políticos e éticos. O termo por si só mantém e perpetua privilégios na sociedade, pois é estrutural e ideológico. Já a ideia de branquitude, remete a cor da pele branca que carrega consigo a ideia de superioridade racial, ou seja, a cor ou raça branca é tida como superior a qualquer outra desde sempre. É como se isso remetesse a uma ideia de norma, que dá poder as pessoas para classificar o outro, já que a branquitude é hegemônica e cria um ideal de eu. Além disso, a bibliografia dos currículos segue essa mesma lógica de hierarquia racial. No que tange aos profissionais da educação, Batista e Foster (2018) apontam que:

Os profissionais da educação devem se inteirar das políticas públicas que surgiram de grandes embates dos movimentos sociais, sendo que para implementá-las é preciso uma comunicação mais estreita com a comunidade, porque hoje, diferente de ontem, existem os órgãos de controle, que quer queiram ou não, estão na posição jurídica para mitigar os conflitos sociais; neste caso, são os direitos educacionais conquistados que precisam ser continuados e ampliados (p. 160).

Para tanto, visando fortalecer a educação e a formação profissional torna-se necessário que haja um projeto de descolonização dos currículos e bibliografias das instituições de ensino desde os anos iniciais até o ensino superior. Esse é um modo de lutar contra o racismo e ainda é uma práxis de promoção de saúde e de vida. Essa resistência é construída e exercida tanto pelas educadoras e educadores quanto pelas alunas e alunos, que engajados na luta antirracista, encontram muitas vezes suas esperanças em pesquisas como esta, a busca pelo rompimento desta faceta colonial.

Entende-se a problemática da educação ao passo que os educadores, mediadores responsáveis por sua educação e formação, são ainda em sua maioria, vítimas da educação preconceituosa e eurocêntrica na qual foram socializados e formados e, em consequência da qual não tiveram preparo para lidar com as questões de diversidade e de preconceito na sala de aula e no espaço da escola. Problemática, porque as relações entre educadores e educandos entre alunas

e alunos brancos e alunas e alunos negros são também atravessados pelos preconceitos étnico-raciais (MUNANGA et al., 2008).

A relevância deste artigo centra-se, também, na importância de começar a desconstruir padrões, formas e estereótipos culturalmente construídos sobre as comunidades tradicionais (negros, quilombolas, indígenas) na sociedade atual. Esses sujeitos trazem consigo um histórico sociocultural, de direitos e histórias negados pela sociedade, pelo espaço escolar e, também, por um currículo que refuta a interculturalidade e a identidade plural.

## MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa sobre os processos educacionais que envolvem o racismo e a branquitude a partir dos currículos e bibliografias nas instituições de ensino, levando em consideração o contexto de uma escola quilombola localizada na Comunidade Quilombola do Abacatal. Para traçar um caminho e buscar elucidar as questões levantadas, foi realizada uma revisão de literatura, de natureza exploratória com abordagem qualitativa, tendo em vista que a metodologia é um eixo fundamental para a investigação de determinado contexto social.

A metodologia da pesquisa qualitativa é utilizada, em sua maioria, em investigações de fenômenos sociais, de comportamento humano, e cultural, visando um conhecimento geral de determinado fato e, assim, emprega técnicas como questionários, entrevistas, narrativas, escritas ou orais. De acordo com Minayo (2000):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis (p. 21).

A mesma autora ainda reafirme que, o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, efeitos das interpretações que as pessoas fazem de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.

## A PAISAGEM DA PESQUISA

De acordo com o Plano Municipal de Educação de Ananindeua previsto para o decênio 2014 a 2024, a palavra “Ananindeua” é de origem Tupi-Guarani, e faz referência à grande quantidade de árvores *Symphonia globulifera* que existiam nesse território no período de sua colonização. A cidade tem sua origem atrelada às comunidades ribeirinhas e começou a ser

povoada a partir de uma antiga Estrada de Ferro de Bragança, uma vez que pôde se desenvolver economicamente nesse período. Atualmente é o segundo município mais populoso do estado do Pará e o terceiro mais populoso do Norte do Brasil, tendo uma área de aproximadamente 190.451 km<sup>2</sup>, e uma população estimada em 530.598 habitantes em 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2019).

De acordo com os estudos de Silva (2021), o Pará é o quarto estado com o maior número de comunidades quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP), ficando atrás dos estados da Bahia, Maranhão e Minas Gerais, sequencialmente. Nesta mesma elucidação, consegue-se observar que, em critérios de proporção de comunidades certificadas e o quantitativo de escolas em áreas de quilombos, não sendo levado em consideração a área territorial, numa confluência de dados da FCP e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o estado do Pará perpassa ao primeiro lugar. Sendo 87,86% dessas escolas localizadas em comunidades quilombolas, que atendem quase a totalidade de comunidades quilombolas certificados, conforme demonstrado abaixo:

**Tabela 1** - Quadro de comunidades e escolas em áreas de remanescentes de quilombo.

Estado	Quantitativo de Comunidades	Número de escolas em áreas de remanescentes de quilombo	Proporção em porcentagem
Bahia	670	246	36,72%
Maranhão	585	246	72,31%
Minas Gerais	313	81	25,88%
Pará	206	181	87,86%

Nota: Quantitativo de comunidades versus o quantitativo de escolas localizadas em áreas de remanescentes de quilombos e a relação destas em porcentagem.

Neste contexto, podemos distinguir no estado do Pará a Comunidade Quilombola do Abacatal, localizada na zona rural do município de Ananindeua, às margens do igarapé<sup>30</sup> Uriboquinha, que remonta ao século XVIII. Marin & Castro (2004) explicam que o aldeamento de Abacatal-PA foi criado durante a colonização da Amazônia, a partir de um engenho de cana-de-açúcar de propriedade do Conde Coma Mello, de origem portuguesa. De acordo com os relatos orais dos moradores mais antigos, o Conde passaria esta terra para suas três filhas (as três Marias), cuja mãe eram uma de suas escravizadas. A figura 1 mostra a localização da comunidade:

<sup>2</sup> Nas definições de Igarapé (2015), é um curso de água amazônico de primeira ou em terceira ordem, constituído por um braço longo de rio ou canal.

## Figura 1

Mapa de localização da Comunidade Quilombola de Abacatal/PA



Nota. Recuperado de Souza (2018).

Trata-se, portanto, de uma comunidade quilombola localizada na cidade de Ananindeua, na qual segundo Silva Filho (2012) aponta que nomear uma Comunidade Quilombola é o primeiro passo para o reconhecimento da identidade da comunidade como remanescentes de quilombo e a legalização de suas terras. Custódio et al. (2019) corroboram com isso, ao falarem sobre o que significa o quilombo:

[...] o quilombo, mais do que uma nomenclatura ressemantizada, tornou-se uma importante identidade coletiva, construída no processo histórico pelos afrodescendentes, visando a garantia direitos coletivos outrora negados, seja a titulação definitiva do seu território, seja uma educação escolar que reconheça e garanta a sua reprodução sócio histórica no conjunto de uma sociedade multicultural como a brasileira (p. 260).

Notoriamente, o reconhecimento da Comunidade Quilombola do Abacatal pela Fundação Cultural Palmares, cuja data da portaria é 10 de outubro de 2012, assim como rotineiramente acontece no Brasil, se deu através de uma luta corajosa, demonstrando por vezes, a grande tensão dos envolvidos nesse imenso processo social dinâmico.

## O LÓCUS

O sistema educacional de Ananindeua-PA está consubstanciado na Lei Municipal n.º 1.271 de 1997, que criou o Conselho Municipal de Educação (CME) e que implantou o sistema de ensino, impulsionando-o para uma gestão mais democrática da educação local.

Referente aos aspectos educacionais, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o município, segundo Censo Educacional 2017 do Inep, era de 5,0 para os anos iniciais do Ensino Fundamental e de 3,9 para os anos finais, sendo que a meta estabelecida para nível nacional é de 6,0 até 2022. Tendo por base esse panorama geral de caracterização do município de Ananindeua, denota-se que as políticas públicas de formação e de qualificação dos profissionais da educação, seja a nível local ou nacional, também impactam diretamente na configuração educacional do município, merecendo uma compreensão mais detalhada.

Trata-se de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental que recebe crianças da Educação Infantil (maternal) à quarta série, além de alunos da Educação de Jovens e Adultos (em dezembro de 2021 compreendia um total de 10 alunos). Esta escola atende alunas, alunos e moradores majoritariamente negros, com uma forte oralidade e que por muito tempo, sobrevive explorando os recursos da mata, dos rios e praticando uma economia baseada na agricultura orgânica. A localização atual da escola, é entre o antigo prédio da escola e o posto de saúde, numa área que, há muito, foi doada pela Associação de Moradores e Produtores de Abacatal e Aurá (AMPQUA). Possui quatro salas de aulas amplas, sala da diretora, secretaria, cozinha, sala dos docentes, depósito para materiais, laboratório de informática, três banheiros, sendo que um é adaptado para portadores de necessidades especiais, um refeitório e uma área para brincadeiras. A figura 2 mostra a fachada da escola:

## Figura 2

Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Gregório Rosa Filho



Nota. Autores (2022).

Partindo desse pressuposto, compreende-se que, a escola sendo acolhida pela família e vice-versa, tende a melhorar seu ambiente de formação de cidadãos críticos e responsáveis além de viabilizar positivamente o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, trazendo o enfrentamento à “castração cultural”.

## **A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA ANTIRRACISTA E EMANCIPATÓRIA**

Quando falamos dos conteúdos históricos que são apresentados em sala, encontramos as marcas do escravismo e do colonialismo português, neles o negro considerado como mercadoria, a marginalização de sua cultura e de sua religião, é caracteristicamente política e ideológica, o que conseqüentemente não permite a criança negra, em especial, de se sentir representada, e ainda que compreenda sua relação racial, o processo de identificação e afirmação será comprometido (DAMASCENA et al., 2018).

Durante séculos, e ainda hoje, existem práticas no âmbito da educação que discriminam e excluem as pessoas negras, quilombolas e indígenas, bem como em outras esferas da sociedade. Porém, é importante destacar a necessidade da temática para uma possível conscientização social sobre os efeitos que o racismo traz, conforme Custódio et al. (2014) salientam:

As pesquisas nessa temática confirmam a presença de práticas racistas na escola, como reflexo de sua existência nos diversos segmentos sociais. A abordagem dessa questão no contexto escolar por um lado, necessita que os profissionais da educação estejam atentos a toda e qualquer manifestação de práticas racistas, ao mesmo tempo em que, competentemente possam intervir em direção à conscientização das conseqüências de tais práticas. O fato é que o racismo ainda, se faz presente nos corredores da escola, nas práticas educativas e no discurso da comunidade escolar. Podemos observar a sua presença pela postura e ação de educadores, que ainda não conseguem aceitar sua identidade africana (p. 56).

Neste sentido, pensar a educação antirracista em uma escola de uma comunidade quilombola do interior do estado do Pará, e as práticas existentes atualmente possibilita que essas possam ser superadas e que novas práticas sejam inseridas no contexto educacional, uma vez que o racismo configura-se atualmente como um dos maiores problemas do mundo na contemporaneidade. Isso ocorre a partir da percepção do privilégio epistêmico de homens ocidentais, o que acarreta injustiças e privilegia vários projetos patriarcais e coloniais, sendo que este privilégio de conhecimento desqualifica e inferioriza outros conhecimentos, e ainda, produz sexismo/racismo, além de silenciar outras vozes (DA SILVA e DE OLIVEIRA, 2021).

Para que o aluno possa desenvolver um sentimento de pertencimento, de igualdade e representatividade em sua sociedade, ele buscará como suleador seu referencial histórico, que por

sua vez precisa ser trabalhado no campo da diversidade, pois é através da consciência da existência multicultural que o educando construirá também o respeito à constituição subjetiva do outro, desconstruindo os estigmas do racismo presente em nossa educação (DAMASCENA et al., 2018).

Além dessa consciência, Walsh (2018) traz que a educação decolonial possibilita o descortinar de conhecimentos e de saberes que são silenciados nos currículos escolares, para que as professoras e os professores exerçam sua atividade pedagógica trazendo um “conhecimento-outro”, por meio de conteúdos que são invisibilizados pelo currículo. Visto que, os currículos e diretrizes educacionais não articulam as questões sobre branquitude e racismo em seus documentos, ações e práticas cotidianas. Custódio et. al. (2014) salientam que:

O Currículo como Narrativa Étnica Racial, possibilita à escola repensar as narrativas hegemônicas que ao longo da história tem sido repassada por meio de livros, lições, conteúdo curricular, datas festivas e comemorativas e outros, os quais contribuíram para formar uma sociedade elitista e preconceituosa. Esta teoria de currículo centra sua análise na concepção de identidade, que não existe fora da história e do processo de representação (p. 53).

A reflexão que se faz nesse estudo abrange trabalhos teóricos de autoras e autores preferencialmente da região Norte, que versam sobre a temática antirracista, conforme, explicita Walsh (2014) “[...] metodologias produzidas em contextos de luta, marginalização, resistência e “re-existência”; pedagogias como práticas insurgentes que fraturam a modernidade/colonialidade e tornam possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com” (p. 19).

Arroyo (2011) alerta que o desperdício dessas experiências locais se torna altamente danosa nos cursos de formação de professoras e professores, por trazer um efeito negando a construção de suas identidades e, conseqüentemente refletindo no cotidiano das escolas, posto que eles reproduzem os saberes adquiridos durante sua formação acadêmica. Uma vez reconhecida a influência da colonialidade no sistema educacional, provoca-se no currículo um abismo entre a experiência e o conhecimento, pois não se admite a coexistência e não o reconhece como fruto da experiência.

Nesse viés de persuasão, ter uma escola em consonância com a valorização cultural da comunidade a qual está inserida, com ambientes de troca de saberes, reforçando o preconizado na Lei Federal n.º 10.639/03 (BRASIL, 2003), considerando as experiências dos educandos para se conseguir o ápice de uma educação libertadora, criativa e principalmente emancipadora é fator essencial no processo de valorização dos saberes tradicionais escolar. Coelho et al. (2021) destacam que:



[...] os sistemas de ensino e as instituições educacionais são desafiados a repensarem suas práticas educativas para que a inserção do tema não se limite a meros acréscimos de alguns conteúdos nos currículos eurocêntricos hegemônicos, o que requer transformações estruturais na lógica dos sistemas educativos para que possam integrar, de forma consistente e rigorosa, o ensino da temática (p. 6).

O currículo escolar geralmente não leva em conta as experiências das alunas e dos alunos, ao impor-se como única forma legítima de saber no interior do processo formal de educação. Por mais que já exista um movimento de mudança curricular pautado nos instrumentos legais e nas políticas educacionais, ainda predomina no currículo escolar uma formação eurocêntrica que representa muitos interesses sociais na forma escolhida de transmitir os conhecimentos. Existem pressupostos ideológicos expressos na organização curricular que fixam valores e princípios, que passam a se constituir como verdades absolutas e asseguram a ordem social vigente.

Os saberes especializados sobre o tema das comunidades quilombolas, por exemplo, exigem a presença de especialistas para subsidiarem os agentes políticos sobre os conhecimentos antropológicos, históricos e jurídicos, mas “a formação docente é deficiente em relação à questão racial, porque ela se esquivava de assumir-se como um processo de formação profissional” (COELHO, 2005). Para a mesma autora, a justificativa está pautada na formação profissional:

Os cursos de formação de professores não têm se ocupado com a formação de um profissional que trabalhe em acordo com os determinados padrões de comportamento e atuação profissional. Uma parte significativa da formação é gasta com discussões que não encaminham procedimentos objetivos e não avançam naquilo que pretendiam, que é a formação de um profissional independente (p. 194).

Incentivar o diálogo sobre a problemática da educação étnico-racial neste contexto proporcionará o início da busca pela igualdade no âmbito social e educacional, focando na profissão docente e no currículo. Silva (2002) também entende que, o currículo é utilizado como agente de produção e reprodução da desigualdade étnico-racial e afirma: “[...] o currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial”, que omitiu os interesses dos grupos oprimidos ou discriminados racialmente, desenvolvendo nos negros a dificuldade de assumirem a sua identidade racial. A esse respeito, Gomes (2006) afirma que no Brasil ser negro “não se restringe a um dado biológico. É uma postura política. É declarar o vínculo com uma cultura ancestral, com origem africana, recriada e ressignificada em nosso país”.

Essa concepção da amplitude de saberes que formam a sapiência desses profissionais é fundamental para entendermos a atuação de cada um no processo de trabalho coletivo desenvolvido pela escola, cada docente coloca sua individualidade nas práticas pedagógicas e isso contribui para ampliar as possibilidades e construção de novos saberes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender o papel da educação como ferramenta de enfrentamento do racismo utilizando a Educação Decolonial como conceito balisador e catalisador das transformações necessárias à nossa sociedade. Além de propor reflexões acerca das questões que envolvem o racismo e a branquitude a partir dos currículos e bibliografias nas instituições de ensino. Para tal, em aproximação do contexto da comunidade quilombola do Abacatal e da realidade das docentes atuantes na Rede Municipal de Ananindeua, reflete-se sobre a potência das práticas educativas antirracistas.

Em nosso percurso, especificamente analisando o contexto paraense da cidade de Ananindeua e de outros municípios que possuem escolas que atendem comunidades quilombolas e, especificamente, desenvolvem práticas antirracistas e decoloniais, encontramos, apesar dos esforços, os currículos e diretrizes por vezes assentados no colonialismo e no imperialismo português, e distantes da oferta de possibilidades de identificação e apropriação dos estudantes negros/indígenas com a história dos povos originários e tradicionais.

Nesse sentido, reforçamos e reiteramos a necessidade do debate sobre as relações étnico-raciais na formação e atuação dos docentes. Entende-se que a escola é um espaço de sociabilidade e transformação, sendo importante o fortalecimento de práticas antirracistas e decoloniais no contexto educacional, principalmente nas escolas que ofertam a primeira etapa da Educação Básica e o Ensino Fundamental, primordiais na formação de sentido e construção de realidade. Além disso, espera-se ampliar a possibilidade de incorporação de saberes e epistemes forjados longe do circuito ocidental e europeu, tendo em vista a necessidade de reconhecimento dos conhecimentos e expressões culturais dos povos quilombolas, indígenas e tradicionais.

Diante disto, resta cristalino que, pensar a educação a partir de múltiplas formas de expressão cultural, sem que se estabeleça um saber único, em detrimento de outros saberes e culturas, com uma pedagogia que permita a troca de experiências no processo de construção e reconstrução do conhecimento, somente será possível abrindo caminhos para o reconhecimento de identidades e saberes na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Editora Vozes Limitada, 2014.

BATISTA, Gisele Paula; FOSTER, Eugénia da Luz Silva. Comunidades tradicionais: os desafios que enfrentam para que seus saberes sejam valorizados pelo currículo escolar. **Identidade!**, v. 23, n. 2, p. 149-165, 2018. Disponível em: < <http://revistas.est.edu.br/index.php/Identidade/article/view/747> >.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2019**.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Igarapé**. Disponível em: < <https://ipam.org.br/glossario/igarape/> >.

BRASIL. **Lei Municipal n.º 1.271/1997**. Cria o Conselho Municipal de Educação (CME). Prefeitura Municipal de Ananindeua, 1997.

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências, 2003. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm) >.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; REGIS, Kátia Evangelista; DA SILVA, Carlos Aldemir Farias. O lugar da educação das relações étnico-raciais nos projetos político-pedagógicos de duas escolas paraenses. **Revista Exitus**, v. 11, p. e020129-e020129, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2021v11n1ID1533> >.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores-Pará**, 1970 1989. 2005. Disponível em: < <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14118> >.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; FOSTER, Eugénia da Luz Silva; DE SOUZA, Silvaney Rubens Alves. Quilombo, identidade e educação escolar: o ensino de História na escola David Miranda em Santana-Amapá. **História & Ensino**, v. 25, n. 1, p. 253-277. Disponível em: < <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2019v25n1p253> >.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; CUSTÓDIO, Rosalda Ivone Oliveira; FOSTER, Eugénia da Luz Silva. O currículo escolar e o desafio da lei 10.639/2003: as perspectivas de uma educação incluyente. **Identidade!**, v. 19, n. 2, p. 46-60, 2014. Disponível em: < <http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/viewFile/2383/2308> >.

DAMASCENA, Quecia Silva; MIRANDA, Eduardo Oliveira; DE PAULA SILVA, Maria Cecília. Identidade negra, educação e silenciamento: o olhar pedagógico para a aplicação da lei 10.639/03. **Revista Teias**, v. 19, n. 53, p. 248-261, 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.12957/teias.2018.29313> >.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**, v. 4, p. 67-89, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Identidades e Corporeidades Negras: Reflexões sobre uma experiência de formação de professores (as) para a diversidade étnico-racial**. Autêntica, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. Cortez editora, 2022.

MARIN, Rosa Acevedo; CASTRO, Edna Ramos de. No caminho de pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará. In: **No caminho de pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará**. 2004. pág. 274 p-274 p. Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ilm-965> >.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. O desafio do conhecimento-pesquisa qualitativa em saúde. In: **O desafio do conhecimento-pesquisa qualitativa em saúde**. 2000. p. 269-269.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. In: TERRA, Lívia Maria. Na interseccionalidade que se acha a questão: raça, gênero e educação na produção de identidades negras femininas. **Novos Olhares Sociais**, v. 2, n. 2, p. 150-171, 2019.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria & educação**, v. 4, p. 109-139, 1991.

SILVA FILHO, J. B. da. **Quilombolas: resistência, história e cultura**. São Paulo, 2012.

SILVA, Marcos Antonio Batista da; OLIVEIRA, Ivani Francisco de. A relação entre racismo, saúde e saúde mental: Psicologia e educação antirracista. **Quaderns de Psicologia**, v. 23, n. 3, p. e1753, 2022. Disponível em: < <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1753> >.

SILVA, R. M. **Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia/RJ: Educação, Ancestralidade e Decolonialidade**. Dissertação. Dissertação de Mestrado, PPGA/UFRRJ.

WALSH, C. O pedagógico e o decolonial: entrelaçando caminhos. Em suma, o que é longo? **Revista Entramados – Educación y Sociedad**, 1, 17-31, 2014.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 12-43, 2009.